

SAVANA

I N D E P E N D Ê N C I A ★ I N T E G R I D A D E



Maputo, 20 de Fevereiro de 2015 • ANO XXII • Nº 1102 • Preço: 30,00 Mt • Moçambique
Savana FM 100.2 Mhz • www.savana.co.mz • email:savana@mediacoop.co.mz

"Este Governo deve ser mais comunicativo com o povo. Os membros deste Governo devem encarar o acesso à informação como um direito de cidadania consagrado na Constituição e na lei. A nossa acção deve estar alicerçada nos mais altos princípios da ética governativa, como a transparência, a integridade, o primado da lei, a imparcialidade, a equidade e a justiça social" – Filipe Nyusi, Presidente da República de Moçambique; In: "Discurso de Tomada de Posse do Primeiro-Ministro, Ministros e Vice-Ministros", proferido a 19 de Janeiro de 2015.



Convivência entre dois centros de decisão cada vez mais difícil no partido no poder

Nervosismo na Frelimo



Pág. 2

Ilec Vilanculos

Segundo previsões da Organização Internacional do Trabalho

INSS em apuros

Última

GANHA O APOSTADOR E GANHA O AGENTE

Ricos prémios semanais. Seja Agente Autorizado da Sojogo e ganhe comissões aliantes.

Av. Samora Machel Nº11 - 1º andar • Telef.: 21 301942 • 82 6279207 • 82 3055718

lotaria • totobola • totoloto • instantânea • Joker



Convivência entre dois centros de decisão cada vez mais difícil no partido no poder

Frelimo em convulsão

... Entendem analistas entrevistados pelo SAVANA em alusão aos pronunciamentos dos membros da Comissão Política da Frelimo após os consensos de Filipe Nyusi e Afonso Dhlakama

A inviabilidade da convivência entre os dois centros de poder está cada vez mais evidente no seio do partido Frelimo.

O sinal mais recente verificou-se uma semana depois do Presidente da República (PR) Filipe Nyusi, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama terem chegado ao consenso de que a proposta da Renamo, de criação de províncias autónomas nos círculos eleitorais onde venceu as eleições, deveria ser submetida ao crivo da Assembleia da República (AR).



Egídio Vaz

Na ocasião e sem objecção do PR, Dhlakama disse que o seu partido iria, com muita urgência, submeter à AR, uma proposta detalhada para que as bancadas parlamentares saibam que o mesmo é fruto do entendimento entre o Governo e a Renamo.

Porém, antes da referida proposta ser elaborada e entregue ao parlamento, a direcção máxima da Frelimo, liderada por Armando Guebuza; materializando o preceituado no número dois do artigo 76 dos Estatutos da Frelimo que versa sobre a responsabilidade dos eleitos e dos executivos; despachou membros da Comissão Política para as províncias, com uma agenda camuflada em agradecer o voto que deu vitória à Frelimo e o seu candidato, mas sim, em instar as populações a negar as propostas de Afonso Dhlakama em relação à criação de regiões autónomas.

Verónica Macamo, presidente da AR, Eneas Comiche, Eduardo Mulembwe, Margarida Talapa, Tobias Day, Alberto Vaquina, Sérgio Pantie, Filipe Paúnde, Conceita Sortane, Carvalho Muária e Alcinda de Abreu, todos membros da Comissão Política, estão nas províncias a difundirem a informação de que Assembleia da República não vai cancelar a proposta de lei a ser submetida brevemente pela Renamo à AR visando a criação de províncias autónomas ou sob gestão do maior partido da oposição visto que essa medida é atentatória ao princípio constitucional que defende a unicidade do Estado moçambicano.

A reacção da direcção da Frelimo perante o cometimento do PR em vista à busca de estabilidade é entendida por analistas entrevistados pelo SAVANA como sinal de agitação no seio do partido e que uma das partes

quer mostrar que tem mais poder que a outra.

Para o analista e historiador Egídio Vaz, uma das boas práticas na comunicação das organizações é o alinhamento e coordenação.

Entende o analista, que as mensagens dos membros da Frelimo enviados às províncias são irreconciliáveis com as recentes mensagens saídas das conversações entre o Presidente Nyusi e Afonso Dhlakama.

“Nyusi aconselhou a Dhlakama e ao seu partido a submeterem um projecto de lei sobre a matéria. Este projec-



Custódio Duma

to de lei será discutido seriamente no Parlamento, onde a Frelimo detém a maioria. A Renamo e Dhlakama aceitaram o conselho de Nyusi e prometeram esboçar a proposta. Nem Dhlakama, nem Nyusi, nem a Frelimo, nem a Renamo muito menos o povo conhece o conteúdo desta proposta, pelo que ao se terem espalhado



Anastácio Chembeze

pelo país inteiro para negar, desencorajar e desacreditar as propostas divisionistas do país, os quadros da Frelimo estão a compulсар sobre algo que não existe”, sentenciou.

Egídio Vaz refere que o risco disto é que Afonso Dhlakama pode também regressar aos seus banhos de multidões e começar a ripostar, facto que pode criar um clima de tensão.

No entender de Vaz, com este tipo de mensagens, a Frelimo está por outras palavras a dizer: “nós da Frelimo não queremos isso. Se a Renamo acertou com o governo, este é problema dele. Não contem connosco nas vossas intenções divisionistas”; portanto, uma autêntica afronta aos passos conseguidos até agora, o que pode ser contraproducente em relação aos futuros passos.

Sublinha que as recentes afirmações

dos principais líderes da Frelimo sugerem a inviabilidade de dois pólos de poder, onde Nyusi governa o país e Guebuza manda no partido.

Termina o seu comentário referindo que as recentes mensagens que a Frelimo decidiu difundir, se não forem reformuladas, têm o potencial de atirar o outro lado do problema, com o risco de diluir todos os sucessos alcançados até agora, na busca de paz e tranquilidade para os moçambicanos.

Por seu turno, Custódio Duma, advogado e Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, diz que, o mais importante nos encontros entre o PR e do líder da Renamo é que surtiram efeitos positivos na medida em que amainaram os ânimos que roçavam tensão e Afonso Dhlakama ficou mais calmo.

Duma entende que os pronunciamentos dos partidários da Frelimo não passam de uma estratégia de busca de influência, já que todos sabemos que na Frelimo há dois centros de poder, e cada um deles quer exibir a sua pujança.

Continua Duma referindo que é de opinião de que antes de lançar discursos violentos, os membros da Comissão Política da Frelimo deveriam esperar até que a Renamo submetesse o seu projecto, e daí iniciar a discussão com factos concretos.

Para o Reverendo Anastácio Chembeze, numa situação igual, o mais importante é que as pessoas concentrem-se no essencial, e não no



Luís de Brito

assessório.

No seu entender, o mais importante é o que o encontro entre o PR e o líder da Renamo produziu resultados na medida em que as duas partes admitiram publicamente que estavam satisfeitas com os resultados.

Nessa óptica, continua Chembeze, que também é director do Observatório Eleitoral, pronunciamentos pouco abonatórios devem ser ignorados porque são inoportunos e infelizes.

Para o Reverendo, os autores desses discursos inflamatórios deviam antes de os pronunciar, esperar para ver o conteúdo do projecto e daí levantar o debate.

“O problema de algumas pessoas da nossa sociedade é de esgotar a essência do debate antes do mesmo chegar à mesa. É importante que esperemos

para ver o que a Renamo vai nos trazer e daí iniciar o debate”, finalizou. Luís de Brito, Director e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), entende que é preciso, antes de mais perceber que uma coisa é partido e a outra é o Estado que é gerido por um Governo. Diz que Filipe Nyusi, na qualidade de Chefe de Estado reabriu o espírito de diálogo que no passado não existiu. É uma iniciativa louvável. Do outro lado temos um partido que está a tentar fazer valer o espírito que sempre o caracterizou que é a falta de abertura.

Luís de Brito diz que estas divergências mostram que o partido Frelimo está a enfrentar alguma crise ao nível interno.

Comportamentos provocatórios e perigosos

António Muchanga, porta-voz do presidente da Renamo, é de opinião que os pronunciamentos dos membros da Comissão Política da Frelimo mostram que quem está interessado em dividir o país e trazer instabilidade é o partido no poder. Entende Muchanga que a Renamo está a negociar com o Governo e não com a Frelimo pelo que, quem tem legitimidade de se pronunciar sobre as reivindicações da Renamo é o Governo.

Muchanga vai mais longe referindo que falta integridade no seio de alguns partidários da Frelimo.

“A Renamo já está habituada a situações iguais. As mesmas pessoas disseram o mesmo aquando da discussão do pacote eleitoral e depois aprovaram, fizeram tantas outras coisas que depois auto-desmentiram-se”, disse. Muchanga diz que lamenta apenas o facto dos membros da Comissão Política da Frelimo distorcerem os factos na medida em que o presidente da Renamo nunca levou à mesa de negociações com o PR a questão das regiões autónomas. O que o presidente da Renamo apresentou foi sim a questão das províncias autónomas. “Eles andam a proferir mentiras dizendo que a Renamo quer dividir o país, quer proclamar regiões autónomas. Isso é mentira. O que a Renamo quer está previsto na Constituição. Aconselho essas pessoas a se concentrar na missão que os levou às províncias, e não no diálogo entre o



Damião José

Presidente Dhlakama e o Presidente Nyusi”, desabafou, tendo de seguida sublinhado que acredita na boa fé de Filipe Nyusi.

Falando das consequências destes pronunciamentos, António Muchanga referiu que a Renamo não vai calar por muito tempo e será obrigada a responder esta ofensiva de desinformação e provocação protagonizada pela Frelimo e Armando Guebuza.

Disse ainda que Afonso Dhlakama deverá regressar, nos próximos dias, às regiões centro e norte do país para explicar à população os resultados alcançados na sua vinda a Maputo, e se discursos similares continuarem também pode mudar de postura.

Dissipar equívocos

Damião José, secretário para mobilização e propaganda e porta-voz do partido Frelimo, disse ao SAVANA que não houve nenhum entendimento ou compromisso entre o PR e o dirigente da Renamo.

Para Damião José, o que na realidade se verificou é que no quadro do espírito de diálogo que caracteriza o partido Frelimo, o PR recebeu os responsáveis partidários para ter o seu ponto de vista sobre o país.

Foi no quadro desses encontros que o presidente da Renamo manifestou a intenção de levar a questão das regiões autónomas ao debate parlamentar, facto que o PR respondeu positivamente sem, no entanto, assumir compromisso com o líder da Renamo.

“A Frelimo sempre foi um partido inclusivo, dialogante, tolerante e sempre pautou pelo respeito à lei e pelas instituições. A Assembleia da República é soberana e toma decisões de acordo com a conveniência e respeitando as normas”, disse.

Quanto aos pronunciamentos dos membros da Comissão Política, Damião José referiu que é importante saber que a Constituição da República não prevê regiões autónomas. É isso que os membros estão a repudiar. Termina a sua explanação referindo que a Renamo é livre de submeter a sua proposta ao parlamento e este é obrigado a deliberar sobre a matéria. O que deve ficar claro é que não houve nenhum entendimento entre o Presidente Nyusi e o líder da Renamo.



António Muchanga

UE recomenda revisão da lei eleitoral

Por Arginaldo Nhampossa

A Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (MOE-UE) considera pertinente a revisão da legislação eleitoral para proporcionar um sistema de contencioso eleitoral completo e claro, incluindo o mandato e procedimentos do Conselho Constitucional durante o processo de validação com o objectivo de reforçar a certeza jurídica do processo de contencioso eleitoral.

Quatro meses depois da realização das eleições presidenciais e das assembleias provinciais, a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia publicou, esta terça-feira, o relatório final de observação eleitoral, onde narra o desenrolar do processo e deixa as respectivas recomendações.

Num documento de 47 páginas, a missão da União Europeia diz que o processo decorreu num clima de tranquilidade e apesar da existência de irregularidades nada afecta os resultados do escrutínio. A equipa de observação da União Europeia contou com um efectivo de 110 observadores provenientes de 19 Estados membros da UE que, durante o dia da votação visitou 614 mesas de voto a nível nacional.

De acordo com o documento, as eleições de 2014 demonstraram alguns aspectos positivos, como é o caso da nova legislação eleitoral que garantiu a inclusão no processo eleitoral ao inserir representantes dos principais partidos políticos em todos níveis da administração eleitoral e melhorou a transparência, mas ainda há muito por fazer. Isto porque, casos como tentativas de manipulação e fabricação de resultados e acesso à informação por parte dos observadores e representantes políticos, prejudicaram a credibilidade do processo de apuramento de resultados, principalmente nas províncias de Sofala, Tete, Zambézia e Nampula.

Considera ainda que o processo de apuramento aliado a desequilibrada campanha eleitoral fica aquém dos compromissos estabelecidos pela legislação eleitoral moçambicana e pelas convicções internacionais subscritas pelo país. Deste modo, a MOE-UE disse ser pertinente a revisão do formato e modalidade usadas no tratamento do contencioso eleitoral que, como se viu, não dá tempo aos interessados para conseguirem avançar com as suas reclamações.

A lei aponta a necessidade de reclamação na mesa e depois de 48 horas ao nível do distrito, exigências que fazem com que muitos interessados se vejam impossibilitados de avançar com as reclamações.

No processo eleitoral em alusão, foi notório que todas as reclamações dos partidos da oposição foram chumbadas pelos Tribunais de província e pelo Conselho Constitucional por ausência da chamada “impugnação prévia”.

A União Europeia diz que acompanhou o calvário dos partidos políticos nas infrutíferas tentativas de avançarem com impugnações prévias, o que resultou em chumbo das reclamações em instâncias superiores. Entende que a legislação moçambicana deve ser mais flexível nestas situações, aceitando até reclamações informais, dado que muitos delegados de candidatura não sabem escrever e muito pouco entendem da lei eleitoral.

“Os órgãos de justiça devem adequar-se a situações de emergência em que se encontram. No caso das eleições, deve-se deixar de lado as formalidades impostas pela lei, pois, atrasam as reclamações dos partidos. Todas ou quase todas as reclamações dos partidos políticos da oposição foram rejeitadas pelos órgãos de justiça, justamente por causa do

tempo que estes levaram para submetê-las”, apontou Judith Sargentini, chefe da Missão de Observação Europeia.

O relatório da UE refere ainda que para permitir uma certeza jurídica do sistema de contencioso eleitoral durante o processo eleitoral e do mandato do CC, a legislação eleitoral deverá ser revista a fim de proporcionar um sistema completo e claro de reclamações e recursos,

incluindo o mandato e procedimentos do Conselho Constitucional durante o processo da validação dos resultados. Destaca igualmente que para garantir a certeza jurídica e transparência ao sistema eleitoral e evitar contradições entre as diferentes posições legais, é aconselhável rever e ajustar a legislação relacionada com o direito dos observadores a estarem presentes em todas as fases do

processo eleitoral.

Um dos problemas que tem se levantado em quase todos pleitos eleitorais é a integra implementação da legislação dos escrutínios, pelo que recomenda a capacitação dos membros dos partidos políticos para que tenham o pleno domínio da lei eleitoral de modo que possam estar a altura de responder e reivindicar qualquer assunto que surja na

mesa do voto.

No que toca ao debate sobre a promulgação dos resultados aconselha para que os mesmos sejam publicados por mesa de assembleia de voto em cada nível de apuramento, sendo que nos resultados finais deverão incluir também uma discriminação detalhada dos resultados por mesa de assembleia de voto.

MBA em GESTÃO DE PROJECTOS

Com opção de Mestrado Profissionalizante ou Académico

2ª EDIÇÃO 2015/2016

Inscrições abertas até
06 de Março

Local de Inscrição:
Secretaria do ISCTEM
Rua 1394 – Zona da Facim, N.322, Maputo.
Telf: 84 30 01 496 | 84 30 01 758 | 82 31 32 200
secretaria@isctem.ac.mz

Parceiro

> PMO

Projects®
Delivering Change

Project Management Institute

IBA Endorsed Education Provider



“As ideias são a maior riqueza do homem”

- Defende Younusse Amade, segundo vice-presidente da AR

Por Argunaldo Nhampossa

A bancada parlamentar da Renamo entrou na presente legislatura com novos rostos na sua direcção.

Dentre as caras apresentadas destaca-se vai para Younusse Amade, que logo a priori assume o cargo de segundo vice-presidente da Assembleia da República (AR).

Homem de trato fácil e de muita conversa, Younusse abriu o seu livro de memórias ao SAVANA e falou da sua vida, sua amizade com o líder da Renamo, do apoio prestado, da sua indicação para concorrer como deputado e com um pouco de emoção partilhou as dificuldades que teve nos seus primeiros dois dias que escalou a casa do povo.

Quem é Younusse Amad?

Younusse Amad é um cidadão moçambicano que nasceu a 05 de Novembro de 1965, na cidade da Beira, província de Sofala. Sou formado em contabilidade pelo Instituto Comercial da Beira em 1984. Tenho seis filhos, dos quais um é biológico e os restantes cinco são adoptivos em virtude do falecimento do meu irmão mais velho. Durante a infância fui praticante de várias modalidades desportivas tais como natação, futebol de salão, hipismo e ténis de mesa.

Que caminho seguiu após a sua formação académica?

Meu pai era um armazenista/comerciante que vendia produtos a grosso, daí passei a ajuda-lo a tempo inteiro. Estávamos num período muito crítico no país, com a guerra e a fome a devastar o país. Tinha 22 anos, as oportunidades de emprego eram escassas e depois da minha formação sentia que tinha muito por dar, mas faltavam me alternativas. No entanto, com recurso as minhas poupanças, fiz uma aventura para Portugal, com o objectivo de ter novas experiências e vivências. A minha mãe não queria que eu viajasse, porque nunca tinha lá estado e nem sabia para onde ia, mas a minha ambição falou mais alto.

Encontrou as oportunidades que queria em Portugal?

Por lá tive o meu primeiro emprego como recepcionista e mais tarde entrei numa multinacional que se dedicava a venda de uma vasta gama de produtos e serviços. Logo no meu primeiro ano na empresa, tive uma ascensão muito impressionante porque já vinha com uma boa bagagem de contabilidade e gestão de negócios tanto a nível teórico como prático. Em três meses de trabalho consegui subir do nível mais baixo existente para o topo e situei-me logo três degraus abaixo do director geral. Isto tudo devido à honestidade, dedicação e acima de tudo competência que viram em mim.

Esta ascensão sem nenhum registo igual na história da empresa, até me criou alguns constrangimentos, ou seja ciúmes por parte de alguns colegas porque consegui suplantar os nativos e tantos outros europeus que lá estavam há bastante tempo. Mas como já tinha conquistado a confiança do director-geral, o trabalho decorreu normalmente.

Qual foi o passo seguinte?

A minha ideia era de guardar dinhei-

ro para voltar a Moçambique para investir, mas as coisas não correram como eu tinha planeado.

No dia 25 de Novembro de 1990, recebi uma triste notícia. Meu pai era um piloto amador no aeroclube da Beira e precisamente neste dia, a avioneta que pilotava foi dada como desaparecida, o que me causou um grande choque. Não hesitei e meti-me no primeiro voo disponível para regressar a Moçambique de modo a ajudar nas buscas da avioneta.

Que mais valia trouxe para as buscas?

Houve várias buscas, mas sem resultados positivos. Em Dezembro do mesmo ano, contactei o presidente Afonso Dhlakama, pessoa com quem sempre tive boas relações, de modo a mobilizar seus efectivos para me ajudar nas buscas. Mandatei três familiares meus (irmãos e dois primos) para se deslocarem à Serra da Gorongosa, para explicarem o sucedido e pedirem o respectivo apoio. Eu não fui porque tinha de ficar com a minha mãe, e muito gentilmente o presidente Dhlakama autorizou a visita e a minha família foi recebida na Casa Banana onde passou duas noites.

Mas o que pediram de concreto?

Pediram ao Presidente Dhlakama para contactar todas as bases para ajudarem nas buscas e obter informações sobre o paradeiro da avioneta. Sem mãos a medir, os seus homens vasculharam tudo menos nada, mas tudo foi por água abaixo; não encontraram nem sequer uma pista da avioneta.

Em que circunstâncias conheceu o líder da Renamo?

Foi entre 1977/78. Meu pai já conhecia o pai de Afonso Dhlakama (regulo Mangunde) em Chibabava, quando lá ia para abastecer os comerciantes do distrito. Eu ia juntamente com meu pai e foi nessas viagens que acabei conhecendo Dhlakama, ainda muito jovem e ficamos grandes amigos. Estávamos nos primeiros anos da guerra e conversávamos muito sobre a situação política do país, que era preciso libertar o povo do sofrimento a que estava a ser sujeito.

Chegou de combater ao lado das tropas da Renamo?

Não, nunca integrei as tropas da Renamo porque o presidente me disse para ficar na cidade, de onde haveria de apoiar no abastecimento das suas tropas. Mas também tinha a missão de escalar algumas comunidades para lhes explicar sobre os nossos objectivos e dissipar equívocos em torno de alguns assaltos ou bombardeamentos que não eram perpetrados pelos homens da Renamo, mas sim pelas tropas governamentais.

As tropas governamentais estavam abandonadas no mato sem nenhum apoio logístico e quando a fome apertava pilhavam lojas e pertences das populações para se abastecerem. O presidente Dhlakama sempre viveu com as populações e nunca as fez mal.

Terminada a guerra dos 16 anos, qual foi o seu papel na Renamo?

Durante esse tempo todo prestava o meu apoio, mas sob orientações do líder nunca havia dado a cara publicamente como membro da Renamo. Isso só foi possível em 1991, após a entrada em vigor da nova constitui-



Sempre me identifiquei com a causa da Renamo, Younusse Amade

ção que abria espaço para existência de outros partidos políticos. Este facto de ter que assumir publicamente, também careceu da prévia autorização do líder, pois antes temia que fosse alvo de represálias, pois ainda estávamos no regime de partido único e isso poderia me ser fatal.

Porque passou despercebido todo este período?

Não ocupei nenhum cargo de destaque na Renamo porque em Junho de 1992 tive um revés na minha vida. Tive um acidente que me deixou paraplégico, mesmo nas vésperas da assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), por isso nunca apareci.

Estava a caminho do Zimbabwe, onde ia tratar dos negócios da família, quando tive um acidente de viação. Um Cudo caiu de forma violenta no pára-brisa da viatura que me transportava, quebrando o vidro da frente. Parti o pescoço.

Recebi os primeiros tratamentos naquele país onde fiquei internado durante quatro meses, depois voltei para cidade da Beira, mas devido a falta de condições para uma assistência médica à altura da minha patologia, dois meses depois fui evacuado para África do Sul, onde estive mais quatro meses em tratamento.

Quando é que retorna a vida política?

Nunca abandonei a militância política na Renamo, apenas a minha condição física me coloca limitações, mas mesmo na cama sempre prestei todo o poio necessário à Renamo, quer moral, financeiro ou mesmo ideias para que se mantivesse a lutar pela causa que se comprometeu, que é a procura do bem-estar para todos. Facto curioso é que, durante todo tempo da militância política na Renamo, nunca havia entrado na sede provincial do partido na cidade da Beira. Isso foi possível somente semana passada, quando tinha de me apresentar de modo a vir a Maputo para tomar posse.

Como foi a sua nomeação para se candidatar como deputado?

Em Maio do ano passado, enquanto o Presidente Dhlakama ainda estava na parte incerta, ligou-me por volta das 21 horas e conversamos cerca de 50 minutos ao telefone e ele me disse assim: “Meu irmão, preciso de si; a Nação chama por si”.

Perguntei qual era a causa, porque sempre estive às ordens.

Ele disse: “Tenho uma missão especí-

fica para si”.

Disse-lhe que me estava a assustar, e ele respondeu: “Meu irmão, quero que vá apresentar publicamente os princípios que tens defendido, as ideias em relação ao sofrimento do povo, a tua visão em defesa das pessoas deficientes, mutilados de guerra, idosos e crianças desfavorecidas. Esse pensamento contra o sistema actual, as injustiças de que sempre temos falado, as desigualdades, eu quero que tu leves tudo isso para um local próprio”.

Eu disse-lhe que a minha luta é feita através de telefonemas aos rádios, televisões e artigos de opinião que faço para a imprensa e acho que é suficiente.

Ele disse que “o local para apresentar esse pensamento é a Assembleia da República, e tens de ser deputado”.

Qual foi a sua reacção?

Fiquei um minuto sem abrir a boca e acabei uma garrafa de água de 1,5 litro nesse pouco tempo. Perguntei-lhe como é que isso seria possível, tendo em conta as minhas limitações físicas, saúde débil; não exerço nenhum controlo sobre a minha excreção e corro o risco de fazer essas necessidades nas calças o que pode deixar muita gente constrangida. Isto agrava-se com o facto de ter que usar um aparelho para respirar e vou dar muito trabalho a pessoa que vai ter que cuidar de mim. Ele disse: “Meu irmão, a causa chama por ti. Será que as pessoas que estão numa situação como a tua não tem direito de ser representantes do povo? Vai ao parlamento e seja a voz dessa gente sem voz. Seja a voz dessa gente que o Estado não dá assistência médica e não cria condições para viverem condignamente”.

De seguida pedi ao presidente que me concedesse dois dias para conversar com a minha família e depois daria a minha resposta. Porque nada dependia de mim, tinha de saber se as pessoas que me ajudavam estavam dispostas a ir comigo a Maputo.

Dito e feito, dois dias depois ligou-me a mesma hora e lhe disse que a minha família aceitou o desafio, mas nunca me prometeu nenhum cargo, apenas ser deputado.

Como foi o processo da sua indicação ao cargo de segundo vice-presidente?

Foi uma das grandes surpresas da minha vida. Não esperava mais nada se não ocupar o meu assento como deputado. Logo após o acto da tomada

de posse fomos nos reunir na nossa bancada e o secretário-geral, Manuel Bissopo, anunciou que eu seria o segundo vice-presidente da AR. De princípio pensei que fosse brincadeira, mas me disse que o assunto era sério, havia sido indicado para o cargo, fiquei sem palavras e agora acredito na missão que me confiaram.

Como foram os seus primeiros dias de contacto com a AR?

Foram difíceis. Quando cheguei na quarta-feira, o meu primeiro revés foi logo a entrada da AR, a rampa é longa e não obedece aos padrões legais estabelecidos na legislação nacional. Qualquer deficiente corre sérios riscos de tombar.

Depois foram as casas de banho, que não são apropriadas para deficientes como eu, e isto foi a parte negativa. O acesso à bancada parlamentar também não é dos melhores, não há rampa, apenas degraus.

No segundo dia, já tinha noção das dificuldades, fui ao parlamento sem ter ingerido algo, para evitar as necessidades biológicas porque não há local apropriado para mim. Devido a esta situação até discuti com o meu filho que é o meu principal suporte. Ele a dizer que tinha de comer, e que ele iria me ajudar no que fosse necessário, e do outro lado eu a negar e assim foi o dia.

De um modo geral isto explica a ausência de muitos deficientes em actos públicos, facto que contrasta com a nossa vizinha África do Sul, onde nos sentimos gente porque há casas de banho próprias e locais de estacionamento próprios.

Que medidas a AR está a tomar?

Já há trabalhos no sentido de resolver esse problema. Tive um encontro esta terça-feira com o pessoal do protocolo da AR que tem sido muito simpático e atencioso comigo, de modo a dar o meu parecer em torno das modificações que deverão ser feitas para facilitar a minha locomoção entre outros. Vamos ver se será possível colocar um elevador para dar acesso directo à tribuna ou uma rampa.

A Presidente da Assembleia da República, Verónica Macamo, tem sido muito importante para mim. Ela tem um coração de mãe e já me deu garantias de que tudo será feito para que me sinta à vontade na casa do povo.

Desafios no cargo?

Estou pronto para dar o meu melhor, principalmente para aprender, visto que se trata de uma experiência nova. Espero ainda dar o meu contributo para a melhoria de condições, quer de infraestruturas, assistência médica e oportunidades de emprego para deficientes físicos como eu. A sociedade não pode excluir este tipo de pessoas e faço votos que a minha militância política sirva como fonte de inspiração para muitos. Quero ser exemplo de luta e dizer que o bem mais precioso que o ser humano tem é o pensamento, ideias construtivas, que façam com que os decisores políticos tracem as estratégias de desenvolvimento pensando na inclusão dos moçambicanos mediante as suas condições e capacidades.

TU ÉS DIFERENTE, TU ÉS ÚNICO, TU ÉS KOOL!

Oi1

com 20 MT

fala sem parar

dentro da rede

durante

1 dia

Oi2

com 80 MT

fala sem parar

dentro da rede

durante

7 dias

Oi3

com 250 MT

fala sem parar

dentro da rede

durante

30 dias



Oi

Assim é que se fala

DIGITA: *155# Ou

Envia SMS com o nome do

pacote para 155



unite for
children



Trabalhe para a UNICEF – Unidos pelas crianças

O Fundo das Nações Unidas Para a Infância - UNICEF em Moçambique procura cidadãos Moçambicanos altamente motivados e qualificados para contribuir para a promoção dos direitos das crianças em Moçambique. Procuramos candidatos que sejam altamente proficientes nas suas áreas técnicas e que estejam interessados em contribuir para o desenvolvimento do seu país. candidate-se às seguintes vagas para Consultoria Individual.

Consultoria para o apoio à melhoria do planeamento, implementação e monitoria do Sector da Educação nos níveis descentralizados, para melhorar a qualidade da aprendizagem na educação, sediado em Tete, ref. MOZ/VN/2015/007

O objectivo desta consultoria é providenciar apoio à província de Tete a fim de apoiar a DPEC em planear, implementar, coordenar os programas de intervenção educativa de forma que, conduzam em última instância à qualidade e aprendizagem a um número cada vez maior de alunos.

QUALIFICAÇÕES e COMPETÊNCIAS

Educação: Grau de Licenciatura em Planeamento/ou Educação ou áreas afins
Experiência profissional: 2-3 anos de experiência na área de planeamento e gestão de projectos educacionais.

Consultoria para o apoio à melhoria do planeamento, implementação e monitoria do Sector da Educação nos níveis descentralizados, para melhorar a qualidade da aprendizagem na educação, sediado em Quelimane, ref. MOZ/VN/2015/008

O objectivo desta consultoria é providenciar apoio à província de Zambezia a fim de apoiar a DPEC em planear, implementar, coordenar os programas de intervenção educativa de forma que, conduzam em última instância à qualidade e aprendizagem a um número cada vez maior de alunos.

QUALIFICAÇÕES e COMPETÊNCIAS

Educação: Grau de Licenciatura em Planeamento/ou Educação ou áreas afins
Experiência profissional: 2-3 anos de experiência na área de planeamento e gestão de projectos educacionais.

Consultoria para Escritor e/ou ilustrador do relatório Anual do UNICEF 2014, sediado em Maputo, ref. MOZ/VN/2015/009

O objectivo desta consultoria é providenciar um relatório Anual de 2014 para o UNICEF. O escritor e / ou o ilustrador trabalhará em conjunto com a Secção de Comunicação, Advocacia, Participação e Parcerias (CAPP) para mapear o arco da narrativa, de forma a reflectir claramente os marcos alcançados em todo o escritório e relacionados com 10 áreas prioritárias. As histórias serão aumentadas ao longo do relatório com ilustrações, informação “encaixilhada”, e infográficos, o conteúdo dos quais o escritor deverá elaborar com o contributo da UNICEF.

QUALIFICAÇÕES e COMPETÊNCIAS

Educação e Experiência profissional:

Antecedentes académicos relevantes, ou experiência comprovada
O escritor deve possuir um cadastro comprovado e distinto de pesquisa, entrevista e perícia de escrita para crianças.
O ilustrador deve possuir um cadastro comprovado e excelente de aptidões criativas em trabalhos de ilustração para crianças.

PROCESSO DE CANDIDATURA

Os candidatos deverão ser fluentes em Inglês e Português. Os Termos de Referência completos estão disponíveis no portal <http://vacancies.unicef.org.mz>, sob a referência específica acima mencionada.

Os Candidatos deverão submeter o formulário P-11, devidamente preenchido, Curriculum Vitae e cópias das credenciais endereçadas ao seguinte correio electrónico: hmaputo@unicef.org, até ao fim do dia 02 de Março de 2015 com o seguinte subject referente a consultoria desejada. (o formulário poderá ser encontrado na seguinte página da internet <http://vacancies.unicef.org.mz>).

Só serão aceites candidaturas recebidas por correio electrónico e serão contactados somente candidatos que satisfaçam aos requisitos.

MULHERES qualificadas são particularmente encorajadas a candidatar-se! O UNICEF é um ambiente livre de fumo.

Por considerar que não é inclusivo

MDM pondera impugnar o regimento da AR

Por Argunaldo Nhampossa/Fotos de Illec Vilanculos

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) acusa a Assembleia da República (AR) de fomentar bipolarização parlamentar (Frelimo e Renamo), pelo facto de ter sido excluído no processo de nomeação dos vice-presidentes daquele órgão legislativo, dos gabinetes parlamentares e do parlamento Pan Africano.

De acordo com o porta-voz da bancada parlamentar do MDM, Fernando Bismarque, esta acção constitui um duro golpe a democracia porque não se respeitou o princípio basilar de representatividade, pelo que pondera impugnar o regimento da AR junto ao Conselho Constitucional (CC), alegando que uma lei ordinária não pode se sobrepor a Constituição da República (CRM).

A sessão extraordinária da AR, que constituiu o ponta pé de saída dos trabalhos da VIII legislatura, foi marcada pela criação das comissões de trabalho daquele órgão de modo que estejam criadas as condições necessárias para legislar. Mas logo no início da mesma sessão, o MDM mostrou que vinha preparado para reclamar um lugar na vice-presidência deste órgão, alegando respeito a representatividade parlamentar plasmada na CRM.

Contudo, a Frelimo e a Renamo entenderam que a revindicação do MDM não estava em consonância com a lei mãe e, elegeram os dois vice-presidentes do órgão.

O porta-voz da bancada parlamentar do MDM, Fernando Bismarque considera discriminatória a atitude tomada pelos seus pares da Frelimo e da Renamo em não admitir a entrada de um terceiro vice-presidente, pois sendo a AR casa onde se exerce a democracia a inclusão tinha de ser o seu principal rosto.

Bismarque diz não entender a lógica usada para que o seu partido fosse preterido na vice presidência, no Grupo Nacional Junto ao Parlamento Pan Africano e nos Gabinetes parlamentares, onde se espera que todos partidos com assento parlamentar estejam representados. O porta-voz, justifica este posicionamento evocando o número um, do artigo 192 da constituição, segundo qual “a Assembleia da República elege, de entre os seus



Bancada do MDM inconformada com falta de representatividade

membros, Vice-Presidentes designados pelos partidos de maior representação parlamentar”, e avança que é este o dispositivo legal que deve ser tomado e consideração.

“O regimento da AR diz que este cargo é reservado para os partidos com maior representatividade parlamentar, o que levou a Frelimo e a Renamo a abocanharem o postos. Mas como se sabe, nenhuma lei ordinária deve se sobrepor a constituição, pelo que a medida é inconstitucional” explanou, tendo acrescentado que durante a IV legislatura havia três partidos com assento parlamentar e tiveram igual número de vice presidentes, com o agravante de que a União Democrática, tinha eleito somente nove deputados.

Deste modo, Bismarque diz que o seu partido pondera uma impugnação ao regimento parlamentar junto do Conselho Constitucional como a ultima via, para se reparar o dano causado e entrar na lógica da promoção da representatividade na casa do povo.

No entanto, a bancada parlamentar do MDM diz que tudo está a fazer de modo a primeira sessão ordinária da AR reveja este assunto e só depois poderá avançar com uma

impugnação caso não haja avanços.

A indignação do MDM não para por aqui. A indicação dos deputados para integrarem o Grupo Nacional



Fernando Bismarque, Porta-voz doMDM

Junto do Parlamento Pan Africano é outro motivo de descontentamento do partido de “galo”, porque de acordo com o mesmo uma vez mais a Frelimo e a Renamo uniram-se e ocuparam todos os postos.

Bismarque considera que trata-se de um outro erro crasso, para que as duas bancadas parlamentares continuem a bipolarizar as actividades parlamentares. Diz ainda que a medida fere os princípios que regem aquele órgão Pan Africano, porque está estatuído que a indicação dos deputados deve reflectir a realidade parlamentar do país em causa e não percebe como é possível que havendo três formações com assento parlamentar duas apenas é que vão representar o país.

Outro ponto que deixa consternado o partido do Daviz Simango é outra exclusão na nomeação de membros para o Grupo Nacional Junto do Parlamento Pan Africano e nos três gabinetes parlamentares onde nenhum elemento deste partido foi chamado para tomar parte. Descreve o porta-voz, que foi mais uma oportunidade que a AR tinha de mostrar ao povo que é uma verdadeira escola de promoção de representatividade democrática de modo que seja replicada tanto pela

sociedade civil bem como pelos decisores políticos, mas defraudou as expectativas.

O MDM diz que este facto torna-se mais grave ainda quando trata-se dos gabinetes parlamentares (Gabinete da Juventude Parlamentar, Gabinete da Mulher Parlamentar e Gabinete Parlamentar de Prevenção e Combate ao HIV/SIDA) que durante a legislatura deverão deslocar-se pelo país para auscultar diversas sensibilidades sobre estas matérias sendo que o eleitorado do MDM poderá ser ignorado ou não apresentar as suas preocupações ou contribuições por não se identificar com os partidos integrantes destes órgãos.

Contudo, apesar deste cenário, o MDM diz conformar-se com o facto de dirigir uma Comissão apenas, que é a Comissão da Ética Parlamentar, porque o regimento é claro nesta matéria, mas adverte que espera que lhe seja entregue o cargo de vice-relator da Comissão de Agricultura, Economia e Ambiente tal como emana o regimento da AR. Pelo que enquanto movimentam a documentação para se corrigir esta falha em paralelo seguem também com a luta para a acomodação do terceiro vice-presidente.

VCL

TRAILER

Rua dos Irmãos Roby, 32 - Maputo

Cel: +258 82 8119940

Cel: +258 84 8119940

E-mail: vcltrailer@gmail.com

Fabricante de trailers. Venda de bombas Diesel.

Venda de acessórios de trailers. Aluguer de trailers






Vodacom
Tudobom pra ti



Ajuda o nosso País nesta rede de esperança

Digita ***841* VALOR#OK**, ou utiliza o M-Pesa
e contribui, a partir de apenas **1MT**, para ajudar
os nossos irmãos atingidos pelas cheias.

841 Valor#





CTA-CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ECONÓMICAS DE MOÇAMBIQUE

CONVITE NEGOCIAÇÃO DE SALÁRIO MÍNIMO PARA O ANO 2015

A CTA, representante do Sector Privado, está a organizar a participação do sector empresarial no processo de negociação dos salários mínimos para o ano 2015. Neste contexto, são convidadas todas empresas, associações e federações empresariais interessadas em tomar parte deste processo, consciencializadas de que toda resolução resultante deste processo será vinculativo a nível nacional através de um decreto específico.

Os sectores económicos a considerar neste processo, são os seguintes:

Sector 1- Agricultura, Pecuária, Caça e Silvicultura;

Sector 2- Pescas;

Sector 3- Indústria de Extração Mineira (Grandes Empresas, Areeiros & Pedreiras e Salinas);

Sector 4- Indústria Transformadora (Indústria Transformadora no seu todo e Indústria Panificadora);

Sector 5- Produção Distribuição de Electricidade, Gás e Água (Grandes Empresas e Pequenas Empresas);

Sector 6- Construção;

Sector 7- Actividades dos Serviços não Financeiros;

Sector 8- Actividades Financeiras (Bancos, Seguradoras, Micro Bancos, Micro Seguradoras e outras entidades de intermediação financeira).

Para efeitos de inscrição, contactar através do endereço electrónico mferrao@cta.org.mz / info@cta.org.mz, fornecendo nomes dos representantes e os respectivos contactos, e especificar a actividade económica que desenvolve, até ao próximo dia **26 de Fevereiro de 2015**.

Agradecemos desde já a sua participação.

Por Um Melhor Ambiente de Negócios!

CTA-CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ECONÓMICAS DE MOÇAMBIQUE

AVENIDA PATRICE LUMUMBA Nº 927

MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Tel: 21 321002 - Fax: 21 321001 E-mail: info@cta.org.mz



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE MOÇAMBIQUE

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA OS EXAMES DE ADMISSÃO



CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas
- Licenciatura em Gestão Financeira
- Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos
- Licenciatura em Gestão de Marketing
- Licenciatura em Contabilidade e Auditoria
- Licenciatura em Administração Pública
- Licenciatura em Relações Públicas

LICENCIATURAS EM DIREITO

- Licenciatura em Jurídico-Forense
- Licenciatura em Jurídico-Económico - Empresarial
- Licenciatura em Jurídico-Político - Constitucional

CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS

- Licenciatura em Engenharia Ambiental e Gestão de Desastres
- Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial
- Licenciatura em Engenharia e Gestão de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's)
- Licenciatura em Engenharia e Gestão de Energias Alternativas e Recursos Petrolíferos
- Licenciatura em Engenharia e Gestão da Construção Civil

CURSOS:
Matutino
Vespertino e
Nocturno

Av. Albert Luthuli, 418/438 • Tel.: 21302 102/16
Fax: 21 302 107 • Cel: 82 305 5176 / 82 305 5167 / 82 305 5178
Email: informacao@udm.ac.mz • www.udm.ac.mz
Maputo - Moçambique

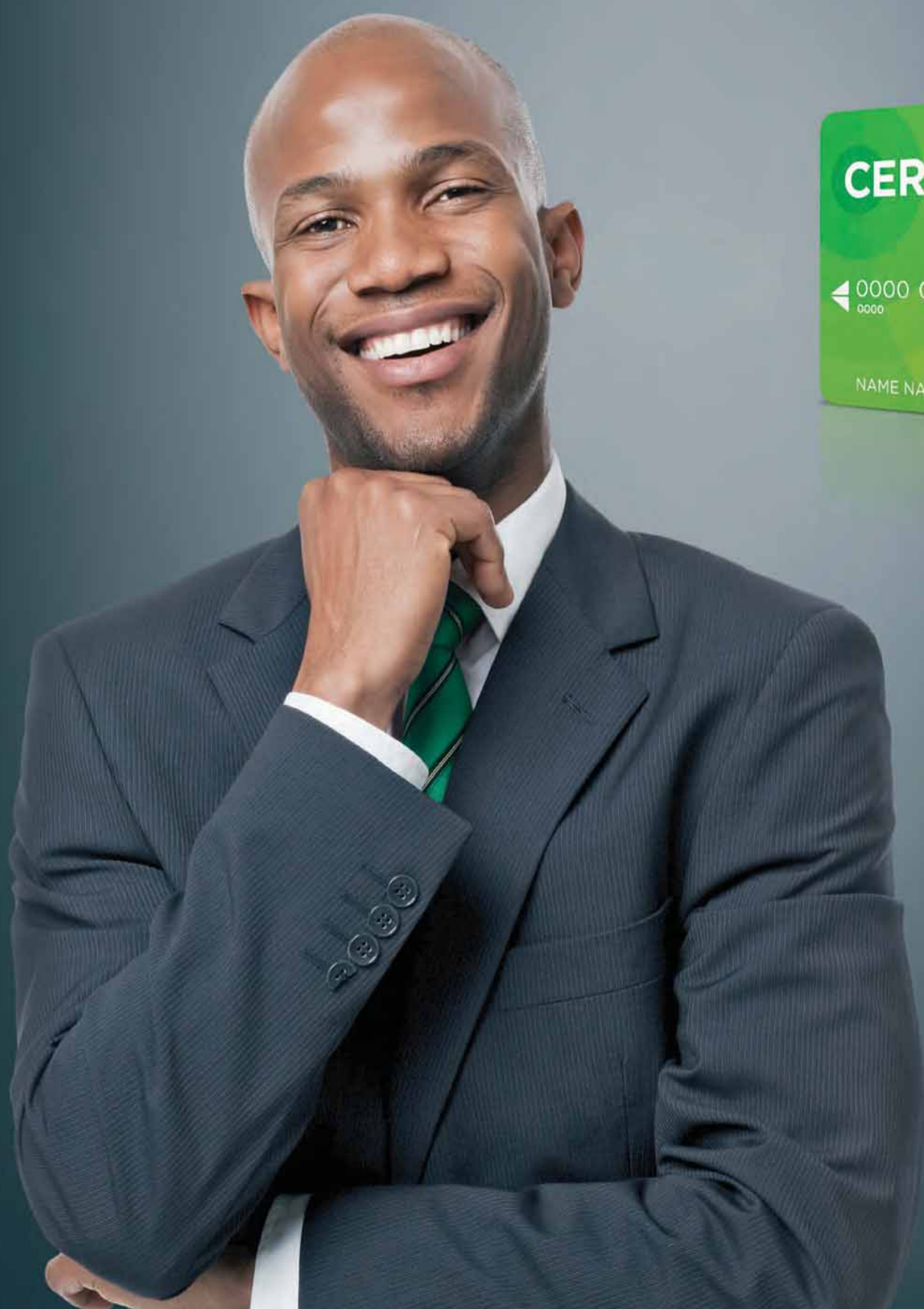


ÚNICO EMPRESAS CARTÃO PRÉ-PAGO

O CARTÃO CERTO PARA QUEM REPRESENTA MELHOR A SUA EMPRESA.

No Banco Único há um cartão Certo para o pagamento de representação, salários ou mesmo despesas correntes. Por ser pré-pago, o cartão Certo pode ser carregado quando e com quanto quiser, garantindo-lhe total segurança, conforto e conveniência em todo o mundo. E porque a sua empresa tem necessidades únicas, o mais certo é falar connosco.

www.bancounico.co.mz



ÚNICO
Ser único muda tudo.

Num universo de 100 mil crianças com necessidades educativas específicas

Apenas mil alunos têm acesso às escolas especiais

O acesso à educação para crianças com necessidades educativas especiais continua longe do desejado.

De um total de cem mil crianças com necessidades educativas específicas, apenas mil é que têm acesso as escolas de educação especial.

Jorge Ferrão, Ministro de Educação e Desenvolvimento Humano (MEDH), disse, na abertura do Seminário de Capacitação de Técnicos, Professores em Língua de Sinais, Sistema Braille, Metodologia, Identificação e Orientação para alunos com Necessidades Educativas Especiais de carácter Auditivo e Visual, que esta semana teve lugar na cidade de Maputo, que a educação é um direito fundamental que o Estado deve garantir a todos seus cidadãos independentemente da situação física ou qualquer deficiência.

Esta situação remete aos intervenientes do sector da educação e não só a fazer algo e assegurar que crianças e jovens com necessidades educativas especiais deixem de ver a educação como apenas um sonho por realizar ou uma promessa por cumprir, mas sim uma realidade.

Ferrão frisou que há necessidade

de se materializar acções concretas a diferentes níveis que assegurem uma educação inclusiva de qualidade para todos.

Segundo Ferrão, dos cerca de mil alunos que têm acesso a educação própria, 560 estudam nas escolas especiais, 379 estão afectados nos centros de recursos de educação inclusiva enquanto que as restantes 99.707 estão matriculados nas escolas regulares.

Entende Ferrão, que a implementação de novos programas e metodologias exigirá formação contínua, capacitação e monitoria de todos gestores, professores iniciais e em exercício de modo a avaliar o ponto de situação e propor medidas com vista a sua implementação efectiva.

Para o titular do pelouro da educação e do desenvolvimento humano, a estratégia deve assentar-se no princípio da inclusão, com vista a assegurar que as crianças, os jovens e os adultos com necessidades educativas especiais ou com deficiência, possam frequentar escolas regulares, em vez de serem segregadas em escolas especiais.

Ferrão apontou como desafio para o seu pelouro que até 2019, consiga reduzir o índice de exclusão escolar ao nível nacional através de formações, capacitações de gestores, professores iniciais e



O acesso à educação para crianças com necessidades educativas especiais continua longe do desejado

em exercício, currículos flexíveis, aquisição de materiais específicos, eliminação de barreiras arquitectónicas e outros aspectos que se julguem ser necessários e imprescindível para assegurar o acesso e permanência destes alunos. Entende que a cooperação, a cria-

tividade, a competência e a reflexão são condimentos basilares para uma educação de qualidade para todos os cidadãos, onde a protecção dos direitos humanos e a promoção da cultura da paz, da justiça e de igualdade sejam uma realidade.

Recordar que o projecto piloto de educação inclusiva através de escolas especiais foi lançado em 1998, e o mesmo abrange cinco províncias nomeadamente Maputo cidade, Maputo Província, Sofala, Zambézia e Nampula. *(Redacção)*

Cólera volta a matar

Depois duma aparente calma, a epidemia de cólera voltou a eclodir em algumas cidades moçambicanas com maior enfoque para a região norte mas com tendências de se expandir pelo resto do país.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde, até esta segunda-feira, o país tinha a indicação de cerca de 2400 casos registados em todo o território nacional, com um total de 29 mortes oficialmente registadas.

Nampula, Niassa e Tete são as províncias que já confirmaram a ocorrência de casos de cólera, enquanto outras províncias falam apenas de surto de diarreias agudas.

Benigna Matsinhe, Directora Nacional Adjunta de Saúde Pública disse, esta segunda-feira, que todo o país está em risco tendo em conta que as condições de propagação da doença estão criadas, tal como é o caso da livre movimentação de pessoas de um canto para o outro.

“Todas as províncias estão em risco. É que olhando para o país, onde a circulação de pessoas é livre e é bastante intensa, sentimos que o risco está também nas outras pro-

víncias que, neste momento, ainda não tem o registo de cólera”, disse Benigna Matsinhe, colocando em alerta, todas as províncias do território moçambicano.

Para Benigna Matsinhe, o grande problema é que a doença é altamente contagiosa e apresenta uma rápida progressão de pessoa para pessoa.

“Sabemos que a doença é altamente contagiosa e de propagação rápida. Assim, nenhuma província está isenta de desenvolver a doença.

O vibrião colérico está a circular nalgumas zonas e temos uma grande circulação de pessoas”, descreveu aquela responsável do sector da saúde.

É diante desta realidade que as autoridades sanitárias moçambicanas lançaram um alerta sobre o forte risco e possibilidade da doença espalhar-se rapidamente para todo o País.

Para evitar este cenário, as autoridades sanitárias dizem que há necessidade de união de esforços, onde as autoridades têm o seu papel, mas as populações também devem de tudo fazer para repelir as condições de propagação da doença criadas.

(Redacção)

Depois de somar prejuízos na ordem de USD 253 milhões de prejuízos em 2014

“Empresa de Guebuza” vende activo em Benga

O grupo Tata Steel decidiu pôr termo a novos investimentos na mina de Benga, e pretende vender a participação de 35% que controla no projecto mineiro na província de Tete.

A decisão resulta do facto da companhia estar a acumular prejuízos significativos.

Em 2014, o grupo viu-se forçado a incluir nas suas contas um prejuízo de 253,7 milhões de dólares devido a imparidades no projecto de Benga.

Thachat Viswanath Narendran, director do grupo Tata Steel, disse a um jornal indiano que o grupo não está disposto a aplicar mais dinheiro no projecto e acrescentou que o grupo Steel Authority of India Ltd (SAIL), que lidera o consócio estatal, já foi informado da decisão.

Aquele responsável disse ainda

que o grupo, que tem encontrado dificuldades na exploração de activos mineiros no estrangeiro, nomeadamente no transporte de carvão para as siderurgias na Europa e na Índia, vai concentrar a sua actividade, tanto mineira como de produção de aço na Índia.

Recordar que num passado não muito distante a multinacional anglo-australiana Rio Tinto anunciou a venda da sua unidade de exploração de carvão em Moçambique a um consócio indiano. O negócio foi fechado por 50 milhões de dólares.

A decisão de deixar o investimento verificou-se depois do grupo registar uma depreciação dos activos em Moçambique no valor de três mil milhões de dólares assim como com a dificuldade em fazer chegar aos portos a mercadoria.

Em Dezembro passado, a Vale Moçambique também vendeu a sua participação em empreendimentos que possui em Moçambique para a japonesa Mitsui.

Ligações com Armando Guebuza

O grupo Tata Steel é a empresa-mãe da Tata Moçambique e TATA Holding Moçambique firmas cuja anterior Presidente da República, Armando Guebuza, faz parte da estrutura acionista juntamente com a Mbantime Investimentos de António Sumbana, antigo ministro de Guebuza e o cidadão indiano de nome Raman Dhawan.

A TATA Holding Moçambique tem como objecto social a prospecção e exploração de minas de carvão e outros e o utras actividades conexas ou relacionadas com a área mineira por lei permitidas.

M



Banco do Ano
em Moçambique
2004, 2005, 2006,
2008, 2009, 2011,
2012, 2013, 2014

**WORLD FINANCE**

Melhor Grupo Bancário em Moçambique
2011, 2012, 2013, 2014

**GLOBAL FINANCE**

Melhor Banco em Moçambique
2010, 2011, 2012, 2013, 2014

**GLOBAL FINANCE**

Melhor Site de Internet para Particulares
em Moçambique 2014

**EUROMONEY**

Melhor Banco em Moçambique
2008, 2013, 2014

**PMR**

Banca de Investimento 2013, 2014
Banca de Negócio 2013, 2014
Banca de Retalho 2013, 2014
Responsabilidade Social 2014

**EMEAFINANCE**

Melhor Banco em Moçambique
2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014
Melhor Programa de Responsabilidade
Social 2010

**AFRICAN BANKER AWARDS**

Melhor Banco Local em África 2011

**GLOBAL BANKING**

Banco do Ano em Moçambique
2010, 2011, 2013

**SUPERBRANDS**

Superbrand em Moçambique
2011 - 2012, 2013 - 2014

**MELHOR MARCA DE MOÇAMBIQUE**

2009, 2010, 2011, 2012, 2013

**ERNST & YOUNG**

Empreendedor do Ano 2008
na categoria de Responsabilidade
Social Multinacional em Moçambique

www.millenniumbim.co.mz

O BANCO MAIS PREMIADO EM MOÇAMBIQUE

Millennium
bim

Da penitenciária agrícola de Chimoio

Reclusos soltos para praticar crimes

— Acusa a Polícia, mas a direcção da Penitenciária nega

Por: André Catueira, em Manica

A Polícia da República de Moçambique (PRM) ao nível da província de Manica anunciou a descoberta dum esquema em que reclusos saiam da cadeia para praticar crimes e depois regressavam.

A descoberta foi possível depois da detenção, em flagrante delito, semana passada, de dois jovens que tentavam roubar numa residência na capital provincial, Chimoio. Segundo a PRM, o terceiro recluso, na posse de arma de fogo, supostamente da Penitenciária Agrícola de Chimoio, encontra-se foragido e a Polícia assegura estar no seu encalço.

“A estada deles fora é ilegal”, declarou Belmiro Mutadiua, porta-voz do Comando da PRM em Manica, afirmando que as solturas clandestinas de prisioneiros, sobretudo para acções de crime, tem estado a colocar em choque as instituições de administração da justiça, além de estar a denigrir a imagem da corporação.

Ao SAVANA a Polícia apresentou os dois reclusos, nomeadamente Elias Saene e João António, ora encarcerados na terceira esquadra da Polícia em Chimoio, tendo estes sustentado a sua condição de liberdade com apresentação de ressalva prisional de soltura, datados de 20 e 21 de Outubro de 2014 respectivamente, mas a Polícia desqualifica os documentos por indícios de viciação, uma vez que não tinham sequer carimbo da instituição.

“Estamos a interagir com a direcção da penitenciária, o Tribunal e o Ministério Público para esclarecermos o caso e os sinais de falsidade e viciação da ressalva prisional”, disse Belmiro Mutadiua, acrescentando que “a ressalva não tem carimbo e de certa maneira não legitima a autoridade que emitiu”, reconhecendo o recrudescimento do índice de assaltos inexplicáveis e violação sexual das vítimas em Chimoio.

Ainda segundo a fonte Policial, os dois reclusos ora detidos usaram “drogas”, que deixa em sono profundo os proprietários das residências, o que lhes permite se introduzir no interior sem despertar atenção, chegando em certas ocasiões a cozinhar antes de roubar.

“Podemos seguramente adiantar que alguma coisa não foi muito bem tratada em relação a soltura deste individuo, pode até de certa maneira ter havido um engano, mas estamos a tratar o assunto. Junto da direcção da penitenciária, tribunal e procuradoria irremos chegar a um consenso de como este individuo encontra-se fora e como se não bastasse a cometer os mesmos crimes” afirmou Belmiro Mutadiua.

Refira-se que em 2008, a Polícia de Mania deteve um guarda prisional da Penitenciária de Chimoio, que alugava arma e acompanhava três presos em assaltos na Soalpo, um bairro vizinho da cadeia.

Reclusos negam

Em declarações ao SAVANA, os dois reclusos admitem ter passagem pela penitenciária agrícola de Chimoio e praticado o roubo, mas já estavam há sensivelmente quatro meses fora da condição de reclusão, por terem beneficiado, formalmente, de mandado de soltura.

“A Polícia é que sabe, eu não sou recluso, mas fui apanhado a roubar. E não roubei tudo isso que a Polícia apresenta aqui, só algumas coisas”, disse João António, 29 anos, morador do bairro centro Hípico.

Tanto João António como Elias Saena, confirmam terem se conhecido na Penitenciária de Chimoio como reclusos, mas desde que se beneficiaram de soltura em Outubro de 2014, apenas voltaram a se cruzar ocasionalmente no principio de Janeiro último, quando planearam o roubo que os reconduziu as mãos da Polícia.

Cadastro da cadeia

Entretanto o SAVANA contactou a direcção do Estabelecimento penitenciário regional de Manica, tendo o cadastro da instituição acusado a passagem, em 2014, dos dois detidos pelas suas celas, tendo sido soltos por ordem do Tribunal Judicial da cidade de Chimoio, que os havia conduzido para o local.

João António, foi reconduzido a cadeia no processo nº 203/14/1º, da 1ª Secção do Tribunal Judicial da cidade de Chimoio, por sentença de 8 de Maio de 2014, condenado a cumprir a pena de seis meses de prisão e 2 meses de multa, segundo o mandado de recondução assinada pela juíza Zwica Cossa. Já a 20 de Outubro do mesmo ano, sobre o mesmo processo, o juiz Carlos Mondlane emitiu o mandado de soltura á favor de João António, por ter pago as custas judiciais, segundo o documento na posse do SAVANA.

O mesmo tribunal havia conduzido Elias Saena a cadeia a 8 de Outubro para aguardar os ultteriores termos do processo 516/14/1º, tendo 13 dias depois sido restituído em liberdade, por ter sido absolvido por sentença do dia 21 de Outubro, assinado pelo Juiz presidente daquele tribunal, Carlos Mondlane.

Sem conceder entrevista, o director da Penitenciaria Regional de Manica, explicou que a ressalva prisional, o documento apresentado pelos ora detidos pela Polícia, são oficiais da instituição -geralmente não levam carimbo-, e servem como sistema de controlo interno, além de ser uma via rápida de agilizar a soltura dos reclusos que tiverem a ordem expressa do Tribunal, permitindo que a posterior o recluso venha a ter acesso a cópia do mandado do tribunal.

Ao que o SAVANA apurou a “indisciplina” de certos guardas prisionais que soltavam reclusos para rou-

bar e cobrar a comissão pelo crime, foi corrigida há vários anos atrás

com “medidas radicais de expulsão”. Contudo, o agente envolvido no

roubo com reclusos em 2008 está fora das fileiras.



MUNICÍPIO DE MAPUTO

AGRADECIMENTO – DIA DA CIDADE

O Conselho Municipal de Maputo vem por este meio endereçar o seu mais profundo agradecimento à todos os munícipes, bem como às entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil que prestaram o seu contributo para o sucesso das actividades realizadas no âmbito das festividades do Dia 10 de Novembro, Dia da Cidade de Maputo, que no ano de 2014 celebrou o seu 127º Aniversário de elevação à categoria de cidade.

Um agradecimento especial vai aos patrocinadores e parceiros, nomeadamente:

- Vodacom
- Standard Bank
- Millennium BIM
- Empresa de Desenvolvimento de Maputo – Sul
- CRBC
- Petromoc
- Mcel
- Electricidade de Moçambique
- Coca-cola
- Linhas Aéreas de Moçambique
- Aeroportos de Moçambique
- Associação dos Escritores Moçambicanos – AEMO
- Brithol Michcoma
- Pastelaria Cristal
- VIP Hotéis
- Agroflora
- Mega Cash & Carry
- Residencial Kaya Kwanga
- Rádio Cidade
- DDB Moçambique
- DaLima Multimédia
- Pro Sport
- Organização Continuadores de Moçambique
- TVM – Televisão de Moçambique
- RM - Rádio Moçambique
- TV e Rádio Miramar
- Grupo Soico
- Gungu TV
- Top TV
- Federação Moçambicana de Ciclismo
- Comité Moçambicano de Mini Básquete
- Associação de Atletismo da Cidade de Maputo
- Associação de Natação da Cidade de Maputo
- Associação de Karate da Cidade de Maputo
- Companhia de Teatro Motumbela Gogo
- Clube de Desportos da Maxaquene
- Clube Ferroviário de Maputo
- Escola Comercial de Lhanguene – Centro

Lema das festividades: “Maputo 127 Anos, Celebrando Transformações Rumo a Prosperidade”

A Nossa Visão: Maputo, Cidade Próspera, Bela, Limpa, Segura e Solidária



República de Moçambique
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
COMISSÃO NACIONAL DA SADC



CONCURSO DE REDACÇÕES PARA ESCOLAS SECUNDÁRIAS DA SADC

ANÚNCIO

A Comissão Nacional da SADC, em Moçambique, anuncia o lançamento do **17º CONCURSO DE REDACÇÕES PARA ESCOLAS SECUNDÁRIAS DA SADC** aberto para todos os estudantes nacionais matriculados nas escolas estatais e privadas nas 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª classes, no ano lectivo de 2015.

REGULAMENTO DO CONCURSO

A 34ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC adoptou o seguinte Lema, em Agosto de 2014: **“Exploração dos Recursos Regionais Diversificados para o Desenvolvimento Económico e Social Sustentável através da Beneficiação e do Acréscimo de Valor”**. Desenvolva as modalidades através das quais esses recursos resultariam em desenvolvimento económico sustentável.

1. Na redacção, o concorrente deve:

a) Discutir os recursos naturais abundantes em relação ao desenvolvimento económico na região da SADC como um todo, destacando os assuntos de apropriação, valores e benefícios monetários anuais daí resultantes ao longo dos últimos cinco anos. **(20 Pontos)**

b) Responder se a região da SADC beneficiou da sua abundância de recursos naturais desde a democratização total devido à queda do regime de Apartheid na África do Sul em 1994. **(15 Pontos)**

c) Discutir a beneficiação e o acréscimo de valor, com propostas concretas para a região da SADC sobre a apropriação e o processamento dos recursos minerais/naturais e como beneficiaram aos cidadãos da SADC, se tal tiver acontecido, e o que pode ser melhorado com vista a maximizar os benefícios para a cidadania da SADC. **(20 Pontos)**

d) Discutir como a região da SADC deverá implementar o Lema da 34ª Cimeira para o mesmo beneficiar toda a região, incluindo alguns dos seus Estados Membros que não poderão ter tantos recursos naturais como os outros. **(15 Pontos)**

e) Discutir o papel a ser desempenhado na operacionalização do Lema da 34ª Cimeira pelos actores não-estatais na região da SADC, nomeadamente, sector privado, organizações não-governamentais, autoridades tradicionais e comunidades locais. **(15 Pontos)**

f) Como estudante do ensino secundário, recomendar o papel da educação na operacionalização do Lema da 34ª Cimeira para beneficiar o sector da educação em toda a região. **(15 Pontos)**

2. Todos os trabalhos a concurso deverão (i) ter entre 1.500 e 2.000 palavras e (ii) ser numa das línguas de trabalho da SADC, nomeadamente, inglês, português e francês. Embora os trabalhos a concurso possam ser manuscritos, os concorrentes são encorajados a dactilografar as suas redacções.

3. Os trabalhos a concurso deverão conter todos os detalhes de contacto do concorrente, incluindo endereço físico, números de telefone/telemóvel e, onde for aplicável, de fax e endereço de correio electrónico (E-mail), nome do estudante concorrente, da escola e da província. Todos os dados sobre o concorrente devem constar apenas na última página e esta não deve conter conteúdo da redacção.

4. Os trabalhos a concurso devem ser submetidos às Direcções Provinciais de Educação e Cultura, até dia 30 de Abril de

2015. Cada Direcção Provincial de Educação e Cultura fará o apuramento das três melhores redacções a nível provincial e submetê-las ao Ponto Provincial de Contacto da CONSADC, até 11 de Maio de 2015, e submeterá a lista dos vencedores à consadc@yahoo.com

Os Pontos Provinciais de Contacto da CONSADC são:

5. Da decisão do Júri Provincial não há recurso.

6. Cada Ponto Provincial de Contacto da CONSADC submeterá ao Secretariado Técnico da CONSADC, em Maputo, as três melhores redacções da província, por correio electrónico, em formato de WORD, até 15 de Maio de 2015 (consadc@yahoo.com) e as redacções em formato físico, até 20 de Maio de 2015.

7. Os trabalhos a concurso recebidos das províncias serão analisados por um júri, a nível nacional, constituído por elementos a serem indicados pelo Director da CONSADC, sob a proposta do Ministério da Educação, que seleccionará as três melhores obras para serem submetidas ao Secretariado da SADC, em Botswana.

8. Os vencedores a nível nacional em Moçambique serão anunciados no dia 29 de Maio de 2015 e os prémios serão atribuídos numa cerimónia pública, na Cidade de Maputo, por ocasião das comemorações do Dia da SADC: 17 de Agosto.

9. Haverá três prémios nacionais que serão atribuídos da seguinte maneira: 1º Prémio = o equivalente a USD500 em meticais; 2º Prémio = o equivalente a USD300 em meticais; e 3º Prémio = o equivalente a USD200 em meticais

10. Da decisão do Júri Nacional não há recurso.

11. Os três vencedores a nível nacional de cada Estado Membro competirão depois a nível regional.

12. Haverá três prémios regionais que serão atribuídos da seguinte maneira: 1º Prémio = USD1.500; 2º Prémio = USD1.000 e 3º Prémio = USD750

13. Os três vencedores regionais participarão em Agosto de 2015 na Cerimónia de Abertura da Cimeira dos Chefes de Estado e/ou Governo da SADC, na República do Botswana, onde o vencedor do Primeiro Prémio vai ler passagens da sua redacção.

14. Peritos do Secretariado da SADC supervisionarão o processo de classificação das redacções submetidas a concurso na fase regional.

15. Da decisão do Júri Regional não há recurso.

16. Os familiares directos dos quadros do Secretariado da SADC, das Comissões Nacionais da SADC e dos Coordenadores Nacionais dos Media da SADC e dos Pontos Nacionais de Contacto da SADC bem como dos Pontos de Contacto da CONSADC a níveis central, provincial e distrital, não participam no concurso.

17. Recomenda-se que exemplares do regulamento deste Concurso sejam afixados nas vitrinas de todas as escolas das 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª classes.

18. Cópia deste Regulamento está também disponível no Portal da CONSADC:

www.consadcmocambique.blogspot.com
Maputo, 23 de Outubro de 2014.

Justiça Justa ou não Justiça Justa, eis a Questão Linguística na Administração da Justiça em Moçambique

Prof. Doutor Eliseu Mabasso¹
(Professor Auxiliar)

A presente reflexão foi preparada numa altura em que me encontrava a acompanhar um projecto de investigação para fins de conclusão de licenciatura em Linguística e Literatura que, por alguma coincidência, tem como tema “A Necessidade do Uso das Línguas Moçambicanas nos Tribunais: O Caso do Tribunal Judicial do Distrito Urbano Ka Maxakeni”. No trabalho em apreço, a autora pretendia, dentre outros aspectos, analisar e discutir alguns problemas de base linguística que moçambicanos com fraca proficiência na língua portuguesa ou sem nenhum domínio da língua oficial enfrentam quando respondem em juízo. Trata-se, porém, de mais um desafio que se colocará aos detentores do poder político no sentido de, a curto e médio prazos, adoptarem uma política de língua que proteja da auto-incriminação os cidadãos que não dominam a língua dos actos.

Ora, dissertar sobre um tema como o que me proponho aqui trazer é algo extremamente difícil, principalmente quando se trata de um país com uma realidade histórico-política e sócio-cultural com especificidades típicas, como é o caso de Moçambique. É que, ao contrário de muitas das antigas colónias britânicas, em que durante a colonização efectiva dos respectivos territórios o regime de então “tolerava” o uso das línguas africanas por parte dos nativos e, em certos casos, chegava até a incentivar a educação em língua materna, nos países colonizados por Portugal, como o caso de Moçambique, a realidade foi completamente diferente. Em seguida, passo a descrever, em linhas breves, a situação linguística criada pela forma como o regime colonial se implantou no nosso país e que cujas consequências tiveram e têm tido impacto a vários níveis, com especial enfoque para a administração do sistema da justiça no nosso país.

O Português goza de um estatuto que a primeira Constituição da então República Popular de Moçambique lhe conferiu logo após a independência nacional em 1975. A referida Constituição secundarizou, assim, as línguas bantu, ao definir que o Português é a única língua usada para fins oficiais. Esta medida, de forma implícita, proíbe o uso das línguas moçambicanas para esse efeito. Para além disso, a língua portuguesa goza de um elevado prestígio acabando por ser a língua que todos anseiam falar, visto que ela constitui porta de entrada para o mercado do emprego. Ademais, o domínio da língua portuguesa identifica-se com uma classe política e economicamente dominante e abre os falantes para o mundo exterior através do acesso à educação superior Lopes (1997a) e (Lopes, 2014).

A hegemonia do Português relativamente às línguas moçambicanas ficou mais saliente ao se considerar esta como a língua de unidade nacional, o que levou a que o seu estatuto fosse reforçado não apenas no campo social mas também a nível ideológico (Firmino, 2002). Esta situação

afastava logo à partida o uso de qualquer língua diferente do Português, principalmente na administração do Estado sob o risco de estas perigarem a unidade nacional. O discurso e a propaganda vigorosos em volta da língua portuguesa como factor da unidade do Estado constituíram estratégia adoptada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) que via no uso desta uma forma de combater o opressor e de unir os combatentes de diferentes proveniências e falantes de diferentes línguas bantu. Este princípio ideológico foi sendo propagado até o período que antecedeu a independência nacional. O Português, como língua oficial, é também língua de ensino, embora e, actualmente, com a recente implementação do ensino bilingue, coabite com algumas línguas moçambicanas. No entanto, na óptica de Mabasso (2014), de uma população estimada em cerca de 23.515.934 habitantes, segundo os dados actualizados até Julho de 2012, os números sobre a situação linguística em Moçambique apontam para menos de 10% de pessoas que falam a língua portuguesa como língua materna e pouco mais de 50% dessa população são proficientes na mesma, muito embora o seja de forma diversificada (Lopes, 2004 e Lopes, 2014).

Por sua vez, as línguas bantu constituem a língua materna da maior parte dos moçambicanos, mas é inquestionável o domínio e a hegemonia de que goza a língua portuguesa em Moçambique por várias razões, algumas das quais já anteriormente referidas. Aliás, o estatuto “inferior” de que gozam as línguas bantu comparativamente ao Português tem como génese uma política de regime colonial adoptado com o intuito de dividir para reinar, ao atribuir designações com teor pejorativo, nomeadamente, “dialectos”, “línguas indígenas” e até mesmo “língua do cão”, visto que reiterou mais recentemente Kitoko-Nsiku (2007). Assim, quem falasse qualquer destas línguas era (e infelizmente ainda o é em alguns círculos da vida social) visto como indivíduo de nível “baixo”, não “civilizado” e não assimilado.

A estratégia engendrada pelo regime colonial relativamente ao estatuto das línguas faladas por uma maioria inquestionável de moçambicanos levou a que estes desenvolvessem atitudes que se consubstanciaram na perda de auto-estima e identidade cultural (Kitoko-Nsiku, 2007). Ao criar epítetos como “língua do cão”, o regime colonial fez com que parte considerável de moçambicanos menosprezasse todas as manifestações linguístico-culturais que se identificavam com a sua tradição e cultura.

O Sistema de Administração da Justiça e a Política da Língua Oficial

Antes da chegada dos colonialistas, há alguns séculos atrás, os moçambicanos, à semelhança de muitos povos africanos e não só, adoptavam (e continuam a adoptar) os seus próprios métodos para a deliberação e resolução de casos considerados contrários à ordem estabelecida – refiro-me ao chamado Direito Costumeiro ou Sistema Informal, fortemente enraizado não só no país como no continente africano em geral. O Direito Costumeiro constitui base para o estabelecimento da ordem e sancionamento de práticas consideradas ilícitas, principalmente em sociedades de base tradicional. Tal como fizemos referência

acima, o Direito Costumeiro apresenta características que o distanciam de outros sistemas legais a vários níveis da sua actuação. Gluckman (1966), comentando sobre este sistema legal disse o seguinte: Ficou estabelecido que o direito costumeiro africano, à semelhança de qualquer sistema legal, consiste em diferentes tipos de princípios, normas e regras. Alguns desses gerais e abrangentes sobre a moralidade e a política pública para constituir um quadro ideológico de justiça aparentemente duradouro. Tais princípios de conotação abrangente, estabelecidos em termos multivocais e abrangendo muitos aspectos num vasto leque de acções, são flexíveis e adaptáveis a condições e padrões mutáveis [tradução Minha]. (Gluckman, 1966:9) Segundo Mabasso (2013a), os valores morais desempenham um papel preponderante neste sistema legal e variam de acordo com os princípios estabelecidos em cada comunidade. Contudo, alguns estudos realizados sobre o Direito Costumeiro em África indicam que a adaptação pode ser fácil em algumas áreas e difícil em outras. Aliás, esta particularidade é igualmente característica dos outros sistemas legais, principalmente quando os juizes são obrigados a exercer a sua função sob constantes necessidades de ajustamento e adaptações decorrentes de mudanças em políticas públicas e até mesmo em relação aos valores morais.

No que diz respeito ao procedimento e produção de provas, o processo judicial no contexto tradicional africano caracteriza-se, de entre outros aspectos, pela (i) simplicidade e ausência de formalidades; (ii) confiança em modos não racionais de produção de prova e tomada de decisão; (iii) o facto das partes, de onde se incluem os próprios juizes, poderem estar envolvidas em relações múltiplas e complexas fora do domínio dos tribunais e o facto de que tais relações são anteriores ao caso e que continuam após o seu desfecho poderem influenciar a forma como o processo de recolha de depoimentos é conduzido; (iv) a existência de uma abordagem de resolução de litígios com base no senso comum e não fundamentada do ponto de vista legal; (v) o desejo subjacente de promover a reconciliação das partes e não o de fazer uma deliberação de base legal sobre o assunto que levou as partes ao tribunal; e (vi) o papel da religião e crenças em rituais e práticas na determinação da responsabilidade criminal (Gluckman, *op. cit.*). Refira-se que esta prática é tipicamente adoptada na resolução de casos de violência doméstica contra a mulher ao nível das esquadras da polícia, assunto sobre o qual, certamente, nos debruçaremos numa próxima oportunidade (Mabasso, *no prelo*).

Ora, com a fixação do regime colonial no país e mesmo após a conquista da independência nacional em 1975, Moçambique passou a ser regido por uma legislação que, em muitos casos, entra em contradição com o *modus vivendi* estabelecido pelo sistema de valores vigente na maior parte da sociedade moçambicana pois, em muitos casos, aparece com um forte carga de valores do mundo ocidentalizado. Esta legislação tem como pano de fundo um sistema legal baseado no chamado “Direito Positivo”. No chamado sistema romano-germânico, adoptado por países como Moçambique, vigora o direito escrito onde a lei é considerada a fonte princi-

pal e quase exclusiva do direito. Um outro aspecto a reter neste sistema legal tem a ver com o facto de o jurista ter uma tarefa interpretativa em que tem a obrigação de descobrir o que a lei pretende que seja feito (Mabasso, 2010 e Mabasso 2013a). No que diz respeito concretamente à problemática da formulação de uma política de língua inclusiva no país, de acordo com Mabasso (2012a) e Mabasso (2012b), nem a Constituição de Moçambique adoptada em 1975, nem a sua versão revista de 1990 apresentam, nas suas cláusulas, uma referência à questão linguística em Moçambique. Na verdade, nem mesmo a versão actualizada da Constituição da República publicada em 2004 e resultante de algumas alterações decorrentes dos últimos desenvolvimentos na vida sócio-económica e política do país trouxe algum dado adicional sobre a política de língua possível para Moçambique (Lopes, 1997b). Em seguida, passamos a transcrever os dois artigos que se referem à questão linguística no país, com enfoque na questão da política da língua oficial:

Artigo 9 (Línguas Nacionais)

O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade.

(Constituição da República, 2004:7) Artigo 10 (Língua Oficial)

Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial. (Constituição da República, 2004:7)

Ao observar-se e tentar-se interpretar estes dois Artigos, deparamos com uma situação em que, por um lado, o papel das línguas bantu não é claramente indicado, remetendo-as para um domínio mais vago que é o do seu papel como veículos de transmissão dos valores culturais e educacionais e, por outro lado, uma indicação explícita de que a única língua oficial é o Português.

Face a um tal cenário, várias são as questões passíveis de serem levantadas, principalmente no que toca ao direito de que os moçambicanos gozam de poderem se expressar na sua língua materna. Estamos perante uma situação em que o governo moçambicano recorreu a uma das estratégias muito enraizadas a nível do continente africano que é a estratégia de evitação. A evitação é segundo Bangbose (1991) uma técnica adoptada pela maior parte dos países africanos e que se caracteriza pelo facto de livrar o governo das consequências políticas desagradáveis que qualquer pronunciamento sobre a política de língua pode provocar em certos segmentos da população. No entanto, a ausência de uma declaração não significa ausência de uma política (*ibidem*). Como sinal disso, na maior parte dos casos, os países que embarcaram nesta estratégia acabam por implementar a política do país ex-colonizador. Moçambique enquadra-se perfeitamente nesta categoria uma vez que, até ao presente momento, não existe uma política de língua mais clara que, mesmo de forma implícita, não impeça o uso das línguas bantu para fins oficiais. O facto de, até ao presente momento, verificar-se uma notável resistência por parte dos



língua portuguesa, devendo nomear-se um intérprete, quando seja necessário, para, sob juramento de fidelidade, estabelecer a comunicação. (*)

Anotação

* Consagra-se a necessidade do intérprete não só quando se está perante estrangeiros, mas mesmo quando se trate de nacionais que não falem a língua portuguesa. (Issa *et al.*, 2010:89)

Um aspecto a realçar no artigo acima é o facto deste contemplar, de forma explícita, o direito de uso de um intérprete por moçambicanos falantes das línguas moçambicanas, facto que não se verificava antes da inserção da respectiva anotação. Todavia, não obstante este grande desenvolvimento, o artigo em apreço não indica explicitamente a entidade que deverá se encarregar da contratação e remuneração da pessoa que se responsabilizará pelo estabelecimento da comunicação entre os intervenientes no acto. Isto pressupõe, desde logo, que estaremos perante uma situação de manutenção do *status quo* em que o interessado é que sempre custeou as despesas dos serviços de tradução e interpretação nos tribunais moçambicanos (Mabasso, 2010 e Mabasso, 2013).

Desafios e Constrangimentos para a Política Linguística em Moçambique

Os problemas levantados pelo uso exclusivo da língua oficial no sistema judicial em geral têm sido reportados um pouco por toda a parte, principalmente em países com falantes das chamadas línguas indígenas. No caso concreto de Moçambique, ao que tudo indica, o trabalho pioneiro e que provavelmente tenha despertado algum interesse sobre a necessidade de se adoptar uma política de língua que permita que cada concidadão nosso tenha o direito de se defender na língua que melhor domina deve ter sido a tese de Medrado de Mabasso (2002) na *The University of Sydney*. De seguida, houve réplicas a esta obra, tais como foram os trabalhos de Mabasso (2003), Machava (2006); Bila (2006); Matos (2007); Mate (2008); Machirica (2008); Chipanga (2009), entre

outros, e mais recentemente, e de forma mais exaustiva, a tese de doutoramento de Mabasso (2010). Na verdade, quase na sua totalidade, estas contribuições sugerem que as autoridades competentes adoptem uma política de língua que seja inclusiva e que permita a que cada moçambicano possa apresentar a sua versão dos factos em casos em que esteja envolvido na língua que melhor domina. Uma tal decisão evitaria que muitos compatriotas nossos acabassem por ser condenados por crimes que, provavelmente, nem sequer tenham cometido, como, certamente, se tem verificado um pouco por toda a parte. As desvantagens que os moçambicanos não proficientes ou com uma proficiência incipiente na única língua da administração da justiça enfrentam quando respondem perante um tribunal ou qualquer instância do sistema judicial não deixam margem para dúvidas. Para exemplificar este fenómeno, tomemos o seguinte fragmento de um caso registado numa esquadra da polícia algures na cidade de Maputo e que foi retirado de Mabasso (2010), envolvendo um oficial de permanência, um ofendido e um indiciado, num litígio de burla de valores monetários disponibilizados para a reparação de bomba de um veículo automóvel:

Agente: Olha Sr., o Sr. vai ter que me desculpar, mas como primeiro passo, primeiro passo, vão lá fazer isso. Levam a bomba à sua oficina, na sua casa, vão fazer esta experimentação.
Ofendido: Tá bom, tá bom, agora eu quero sair daqui a saber, vamos levar hoje a bomba?
Indiciado: A outra bomba?
Ofendido: Vamos, vamos, eu não... *Ahi para unichovachova mina!* [Não me empurre!] A gente vamos juntos agora... agora melhor...

Agente: Entendem bem, podem ir. Então, como ele anda a desmentir? Mas melhor...é...
Ofendido: Não, podemos ir, podemos ir é porque eu quero acabar com esta máfia. *Eh pah, já alava kupeta svitoriya sua mafiya.* [Eh pá, lá está ele a tentar entrar em histórias de máfia!] Aquilo é um camião, está parado há décadas...
Agente: O senhor não pode dizer isso, porque diz que a bomba dele já esta reparada.

Ofendido e indiciado: Ok, ok!

A alternância de código (*code switching*) que se verifique nas intervenções do ofendido acima, espelha um fenómeno recorrente não apenas nas esquadras da polícia como também nos tribunais judiciais, como consequência directa da coabitação entre as línguas bantu e o Português, por um lado, e pela necessidade dos intervenientes poderem satisfazer as suas necessidades comunicacionais através da língua que melhor dominam, por outro lado. Ora, este cenário chama-nos à atenção da necessidade de formular uma política de língua que seja inclusiva, o que permitirá que cada moçambicano possa responder em juízo na língua que melhor domina. Obviamente, num cenário em que a maior parte dos nossos compatriotas têm uma língua moçambicana como sua L1, uma política de língua que seja inteiramente inclusiva passa necessariamente não apenas pela oficialização de todas as línguas bantu como também de todas as outras línguas faladas nativamente por moçambicanos – refiro-me às línguas asiáticas.

O fenómeno da alternância do código, como é óbvio, não ocorre apenas ao nível das esquadras, como espelha o caso acima. Nos tribunais, as consequências do recurso a esta estratégia podem ser graves, sobretudo para intervenientes na condição de arguidos. No seu estudo mais recente sobre o uso das línguas moçambicanas nos tribunais, Ricardo (2012) registou uma situação em que, por um lado, o juiz conduzia a entrevista em Português e, por outro lado, a ré respondia na sua língua materna, o Xichangana:

(1) Juiz: senhora X, não foi a senhora quem negou de continuar a manter relações com o senhor Y?
Ré: não, a timhaka i kuvutisa svaku kasi i mhaka mune, so! Se ahitwanani!
Não, o problema é simplesmente por lhe ter perguntado o que se passava. Por isso não nos entendemos.

Juiz: quando é que surge essa casa, antes ou agora que há problemas entre vocês dois?

Ré: hi svosi hingan mapurubulema. *Agora que estamos em problemas.*

Juiz Eleito: no meio do vosso casamento há filhos?

Ré: nada, anipsvalanga na yena. *Não, não tenho filhos com ele.*
Como se pode observar, o juiz do caso e o juiz eleito procuram respeitar a Constituição da República e a legislação sobre a língua dos actos, ao não estabelecerem a comunicação com a ré na sua língua materna, que até podia ser do seu domínio. A experiência colhida de alguns estudos recentemente levados a cabo aponta para a tendência de réus com fraco domínio ou sem nenhum conhecimento da língua oficial acabarem por serem penalizados, principalmente quando aparecem na condição de arguidos.

Uso de Intérpretes Qualificados nos Actos

A realidade moçambicana não parece deixar margem para dúvidas relativamente à pertinência do uso de um intérprete para não-falantes do Português. Assim, importa salientar que há necessidade de se fazer um investimento de alto nível na preparação de profissionais da área altamente competentes, para que as instituições de administração do sistema de justiça possam desenvolver confiança aos serviços

daqueles e tenham uma cada vez maior sensibilidade em relação aos problemas que afectam minorias linguísticas e não-falantes da língua oficial. Isto colocaria término a cenas a que temos assistido em que Juizes e magistrados do Ministério Público vêm-se embaraçados e até mesmo “irritados”, nalguns casos chegando a estar com os nervos à flor da pele, quando deparam com um arguido/queixoso/testemunha que não fala a língua oficial¹. De referir que há casos em que estes intervenientes vêm o seu direito de apresentar a sua defesa completamente rejeitado pelo simples facto de não dominarem a língua oficial, o que põe em causa os direitos humanos vistos de uma forma geral. Para exemplificar, preocupam-nos casos que são reportados nalguns órgãos de comunicação social, segundo os quais, alguns juizes têm manifestado algum desabafo, quando deparam réus que não falam Português e que tenham pedido ao tribunal para se expressarem na sua língua materna. Num dos casos específicos, uma juíza teria dito que “(...) era o que faltava, que ela tinha montes de processos para decidir, que [a ré] se exprimisse em Português conforme podia e sabia”.²

Um outro caso ainda, e que constitui grande violação dos mais elementares direitos dos cidadãos, foi reportado num passado recente por um dos semanários de referência publicados na capital do país. No artigo em causa, uma juíza distrital numa das províncias do centro de Moçambique era acusada de tratar as pessoas de forma discriminatória, chamando-as de analfabetas (certamente por não falarem a língua dos actos).³ Entretanto, o uso de um intérprete em contextos judiciais nalguns países multilíngues ou com falantes de línguas minoritárias tem sido reportado com algum sucesso. Mocketti (1999) comentou sobre o papel do intérprete na vizinha África do Sul, um país com onze (11) línguas oficiais, dentre as quais nove pertencentes ao grupo bantu. Não obstante isso, neste país, à semelhança da maior parte das nações da África sub-sahariana que herdaram línguas oficiais das antigas potências colonizadoras, as línguas usadas na administração da justiça são o Inglês e o Afrikaans. Todavia, grande parte dos casos criminais participados às autoridades é, infelizmente, cometida por indivíduos de raça negra, i.e., falantes de línguas africanas. Não possuindo um domínio aceitável de nenhuma das línguas usadas nas esquadras e tribunais ou tendo um conhecimento incipiente das mesmas, são obrigados a solicitar serviços de um intérprete. Felizmente, no caso deste país, os serviços de tradução e interpretação nos tribunais estão assegurados por profissionais em regime integral. Esta realidade assemelha-se ao caso que se observa em países como a Austrália, onde a maior parte de prisioneiros é constituída por indivíduos de origem aborígene, população indígena naquele país e que, igualmente, recorre aos serviços de intérpretes assegurados pelo respectivo Estado, como relata (Mabasso, 2002).

Quanto ao caso concreto de Moçambique, e tendo em conta a situação económico-financeira do país, exacerbada pelas recorrentes crises financeiras internacionais que afectam as economias dos países dos potenciais investidores estrangeiros que impulsionariam a alocação de recursos aos mais diversos níveis, assegurando,

assim, um crescimento económico sustentável e produção de riqueza, coloca-se o grande desafio de como alocar meios financeiros para materializar um tamanho empreendimento, pelo menos a curto e médio prazos (Mabasso, 2012).

O Ponto de Ordem

A necessidade de se adoptar uma política de língua que respeite o direito de cada cidadão nacional se defender na língua que melhor domina é um imperativo cada vez mais urgente em Moçambique. Tal empreendimento passará necessariamente por uma acção conjunta de formação de tradutores e intérpretes qualificados e disponíveis a tempo inteiro em todas as esquadras da polícia e tribunais judiciais. É preciso reconhecer que qualquer iniciativa semelhante à que se apresenta acima, implica custos elevados, dada a necessidade de formação de tradutores e intérpretes com competência especializada para o contexto jurídico, tal como acontece nalguns países africanos. Numa conjuntura como a que o país actualmente atravessa, caracterizada por constrangimentos financeiros que afectam a materialização de vários empreendimentos por parte do governo, não seria plausível ignorar o grande desafio sobre como alocar fundos suficientes para uma tamanha iniciativa. Porém, dado o facto de o país estar a fazer um esforço cada vez mais reconhecível no sentido de respeitar os direitos humanos em geral, acredito que, a médio e longo prazos, a barreira linguística criada pelo uso exclusivo do Português no sistema da administração da justiça em geral e nos tribunais em particular, ficará ultrapassada com a formação e disponibilização de tradutores e intérpretes a tempo inteiro, tal como se observa em países como a África do Sul e Tanzania, Botswana, entre outros. Importa referir que no processo de formação de tradutores Portugueses-bantu-Portugueses com especialização em matéria do fórum jurídico, instituições como a Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane têm um papel fundamental a desempenhar, pois já possui experiência na formação de tradutores e intérpretes em línguas estrangeiras como o Francês e o Inglês, para além de já estar a oferecer licenciaturas em ensino de algumas línguas moçambicanas. Para finalizar, importa referir que, independentemente do papel a ser desempenhado pelos demais intervenientes no processo, incluindo até mesmo as universidades e a classe académica, a rápida e efectiva materialização deste desafio dependerá inteiramente da VONTADE POLÍTICA!

¹In *Jornal Domingo*, Nº 1483, de 20 de Junho de 2010 pag.10 (Bula-Bula) (Uma cena de tribunal).

² *Ibidem*.

³In *Jornal Escorpião* de 28 de Junho de 2010 (Destaque).

* O Prof. Doutor Eliseu Mabasso é Professor Auxiliar na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), onde lecciona a disciplina de *Linguística Aplicada e de Linguagem e Direito. O seu interesse particular concentra-se no domínio da linguística forense, uma nova área na linguística aplicada mas também trabalha na investigação de aspectos de língua e cultura. Para além da UEM, ensina língua inglesa na Escola Superior de Jornalismo e a disciplina de Métodos de Pesquisa e Trabalho Científico na Universidade A Politécnica.*

SEMANA DStv



MÁQUINA DA FAMA

Doze candidatos se apresentarão como os seus artistas preferidos e esta será avaliada pelo público presente. No final de cada programa, quem receber a nota mais alta receberá o prémio de R\$ 5 mil em ouro.

Quinta-feira, 22:30, DStv 1

A PROGRAMAÇÃO

SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
TVC3 20:20 Austrália 23:00 Bowling 00:30 Burton e Taylor SS1 MÁXIMO 16:55 Barcelona x Málaga 20:55 Atlético Madrid x Almeria SS2 MÁXIMO 16:45 Swansea City x Man Utd 19:15 Man City x Newcastle United DSTV 1 22:00 Maratona Xica da Silva	AXN BLACK 21:06 Ajuste de Contas 22:48 Sobrenatural 23:35 Diários do Vampiro SS1 MÁXIMO 13:45 Tottenham Hotspur x West Ham United 21:55 Elche x Real Madrid DSTV PIPOCA 21:00 Scary Movie 3 22:30 Restauração 00:40 Homens de Negro 3	SÓNOVELAS 19:00 Doce Fugitiva 20:30 Os Ossos do Barão 22:00 Abraçame Muito Forte FOX 20:40 Investigação Criminal: LA 22:25 Hawai Força Especial TELEMUNDO 16:20 Coração Valente 18:00 A Impostora 18:50 Onde Está Elisa?	CINEMUNDO 19:30 Impostor 21:10 Fielmente Teu... 22:50 Todos Juntos é Demais 00:30 Até Que Me Encontrou... SS1 MÁXIMO 21:40 Man City x Barcelona SS2 MÁXIMO 21:40 Juventus x B. Dortmund FX 22:30 1600 Penn 22:50 Psych 23:30 Wilfred 00:10 Wipeout	SS1 MÁXIMO 21:40 UEFA: Arsenal x Mónaco SS2 MÁXIMO 21:40 UEFA: Bayer Leverkusen x Atlético de Madrid TVC2 15:55 Ela Está de Partida 17:50 Os Filhos da Meia-Noite 20:15 Klute 22:10 Blow Out 00:00 O Senhor dos Anéis : O Regresso do Rei	FOX MOVIES 21:06 Decisão Crítica 23:15 Fogo Cerrado 00:54 Alta Golpada AXN 21:40 Inesquecível 22:30 Chicago Fire 00:15 Mentos Criminosas TVC1 18:15 A Loja dos Suicídios 19:40 Pai por Acaso 21:30 Por detrás do Candelabro	TVC4 19:05 Tu és o Próximo 20:50 Encruzilhadas 22:35 Minority Report AXN WHITE 20:36 Infiéis 21:24 Gossip Girl 23:00 Família de Acolhimento 23:50 A Lenda de Zorro PANDA 20:30 Ella The Elephant 21:00 Ruca 21:30 Vila Moleza

OS DESTAQUES



A IMPOSTORA

Esta semana, Eduardo confronta Raquel enquanto Adriano pede a Bianca que procure saber algo sobre o filho de Adriano e de Valentina. Bianca encontra-se com Mariana e revela que Adriano e Valentina tiveram uma filha. Leónidas confessa-se ao Padre Camilo e Raquel resolve confrontar Eduardo. Como já se esperava, Eduardo finalmente toma conhecimento da filha de Adriano e de Valentina. Adriano descobre que Ricchi pertence a um grupo da máfia perigoso e El Tuerto ataca Mariana...

DIARIAMENTE, 18:00 TELEMUNDO



BELEZA S/A

Em cada episódio acompanhamos os delírios e dramas dos pacientes em busca da eterna juventude e dos padrões de beleza actuais. A série aborda temas como a ética na medicina, os limites das cirurgias em nome da beleza, o que é ser normal dentro dos padrões de hoje, os sacrifícios que se fazem para satisfazer os outros, o medo de ser rejeitado pela aparência, o peso do sexo no mundo contemporâneo e até onde se vai em busca do prazer.

QUARTAS-FEIRAS, 23:30, DSTV1



A MÚMIA

Perseguidos no mundo inteiro pelo sumo sacerdote do Faraó Seti I, Imhotep, a família procura os pergaminhos perdidos de Tebas para poder tirar a bracelete de Osíris do punho de Alex. Já na segunda temporada, a história concentra-se mais no filho do casal O'Connell, Alex, onde ele se prepara para se tornar um Medjai para tentar destruir a maldosa múmia!

DE SEGUNDA A SEXTA, 14:00, DSTVKIDS



PAGAR A DSTV ANTECIPADAMENTE COMPENSA!

Já pensou como seria bom não ter que pagar a DStv durante um ano? Agora é possível! Se é cliente do Pacote Grande ou Bué, pague as mensalidades antes da data limite e em Abril **Ganhe 1 ano** de subscrição gratuita nos pacotes



21 411 222
823788
843788
f @DStvMozambique
moz@DStv.com

www.DStv.com

* Campanha válida de 1 de Janeiro a 31 de Março para clientes dos pacotes Grande e Bué. Aplicam-se Termos e Condições.



ELECTRICIDADE
DE MOÇAMBIQUE, E.P.

COMUNICADO DE IMPRENSA

A Electricidade de Moçambique, E.P. (EDM) informa aos seus estimados clientes e ao público em geral que, foi restabelecido na manhã de Segunda-Feira, 9 de Fevereiro, o fornecimento de energia eléctrica ao norte da Zambézia e às Províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa, o qual esteve interrompido desde 12 de Janeiro, devido a avaria da Linha Centro-Norte, em consequência da queda de dez Torres Metálicas de Alta Tensão, provocada pelas intensas chuvas que se abateram sobre a Província da Zambézia.

O restabelecimento de energia eléctrica àquelas regiões, foi o culminar de um gigantesco trabalho que durou vinte e sete dias, envolvendo mais de duzentas pessoas, entre gestores e técnicos da EDM, mão-de-obra contratada localmente que, de forma abnegada e desinteressada, tudo fizeram para que as zonas afectadas pudessem ter energia o mais breve possível.

Os trabalhos de reposição do fornecimento de energia eléctrica consistiram na construção de uma linha provisória em estruturas de madeira composta por quarenta e cinco pórticos numa extensão de 4.5 km e na reconstrução das duas Torres Metálicas na travessia do Rio Licungo. Assim, a reposição definitiva das Torres Metálicas será feita logo que terminar a época chuvosa.

A persistente queda das chuvas e vias de acesso bastante lamacentas, não só impossibilitavam a circulação de máquinas e viaturas que transportavam os equipamentos e materiais, mas também o uso de equipamentos apropriados para a implantação de postes e lançamento de cabos, desta forma, os trabalhos decorreram em condições extremamente difíceis, tendo-se recorrido à força humana para a sua execução auxiliados por meios aéreos.

A EDM reconhece e destaca que o sucesso deste trabalho só foi possível graças a entrega, esforço, empenho e sacrifício da globalidade da equipa envolvida nesta operação, bem como a colaboração das empresas e parceiros solicitados a dar a sua contribuição.

Desta forma, a Electricidade de Moçambique, E.P. aprecia e agradece a compreensão, a paciência, a solidariedade e o apoio em particular dos Clientes e Consumidores das regiões afectadas, mas igualmente da Sociedade Moçambicana em geral, com destaque para o Governo Central, Provincial, Distrital e Municipal de Mocuba.

De modo especial, a EDM também endereça uma palavra de apreço e de distinção à imprensa na sua globalidade que, de forma profissional, responsável, construtiva e patriótica, deu a conhecer aos Moçambicanos o evoluir dos esforços desenvolvidos para a reposição do fornecimento de energia eléctrica às Regiões Centro e Norte do País.

Maputo, 20 de Fevereiro de 2015

com **energia** construímos **futuro**



EDITORIAL

A confusão entre uma questão política e a autonomia

Ao instar a Renamo a apresentar à Assembleia da República uma proposta de ante-projecto de lei para a criação de regiões (ou províncias) autónomas em Moçambique, o Presidente Filipe Nyusi reabriu um debate nacional que talvez vinha sendo feito em surdina, mas que visava precisamente a questão da descentralização no país.

Obviamente que sem o documento da Renamo será ainda prematuro fazer qualquer comentário sobre as intenções deste partido, mas julgando pelos comentários já feitos por vários cidadãos em relação a esta matéria, pode-se concluir o grande interesse que o assunto despertou em muitos moçambicanos, e que pode ser galvanizado logo que o documento da Renamo for apresentado.

A questão da descentralização suscita sempre um inusitado interesse em vários segmentos da sociedade, justamente porque é um desejo natural de qualquer ser humano, que mesmo que tenha que dever lealdade a uma entidade política centralmente estabelecida, encontre algum espaço para não se sentir totalmente dependente dessa autoridade central.

Experiências de descentralização em Moçambique sempre estiveram presentes desde a independência em 1975, mas estiveram mais viradas para o sentido da administração pública, do que necessariamente para conferir uma autonomia política significativa às regiões, sejam estas na forma de províncias, distritos ou localidades. A ideia sempre presente nesse esforço foi de aliviar a burocracia que recai sobre o poder central, mas nunca abrir a mão para que do ponto de vista político o poder orbite mais para a periferia. O conceito de que quanto mais forte se apresenta a preferência mais reforçado se torna o centro nunca foi uma lógica apelativa para os que desde a independência detêm o poder político em Moçambique. Possivelmente devido a receios de que qualquer experiência nesse sentido poderia alimentar apetites independentistas, num país etnicamente tão diverso e com conexões étnico-linguísticas contíguas nos países com os quais partilhamos fronteiras.

Mas é um problema com que temos que nos confrontar agora, no momento de uma crise política decorrente das últimas eleições. Decisões tomadas em momentos de crise, para aliviar uma certa pressão, podem muitas vezes ajudar a resolver um problema imediato, mas ao mesmo tempo criando um outro mais grave a longo prazo.

A questão que enfrentamos hoje é política, e requer uma solução política. Mas a criação de províncias autónomas, se é que isso que a Renamo realmente pretende, não pode ser feito sem que se introduzam alterações profundas na Constituição. Não é matéria de um simples acordo tácito entre dois políticos.

E parece ter sido este o entendimento do Presidente Nyusi, ao instar o líder da Renamo a submeter uma proposta ao parlamento. O que aparentemente contrasta com a posição de Afonso Dhlakama, quando afirma que a Frelimo não pode fazer uso da sua maioria parlamentar para bloquear a proposta.

Na verdade, criar um sistema de autonomia às províncias não é matéria a ser decidida somente pela Assembleia da República. Exige uma consulta popular mais ampla, que pode implicar a realização de um referendo. E mesmo que nesse processo o povo vote a favor da autonomia, a governação das províncias não pode ser feita com base nos resultados das eleições de Outubro de 2014, que é o que a Renamo pretende.

Por isso, sem descartar a necessidade de um amplo debate sobre o assunto, tendo em vista uma decisão no futuro, deve haver espaço para a solução dos problemas imediatos apresentados pela Renamo, sem que se tenha que às pressas fazer arranjos que podem vir a criar outros problemas no futuro.

Uma decisão sobre a autonomia das províncias deverá necessariamente ser acompanhada de um novo modelo de financiamento dos orçamentos destas novas entidades, para além da reestruturação das novas relações que devem ser estabelecidas entre elas e o governo central. São matérias que não se decidem numa questão de semanas, ou mesmo meses.

Cartoon



A Grécia e a União Europeia: uma relação tumultuosa desde a adesão

Por José Pedro Teixeira Fernandes

A actual turbulência nas relações entre a Grécia e a União Europeia não é um acontecimento tão singular como se poderia imaginar.

Um olhar retrospectivo sobre a sua política externa mostra vários episódios de desalinhamento face à maioria dos Estados-membros da União Europeia. As razões estão, sobretudo, na especificidade da sua identidade, formação territorial e área geopolítica.

Para o europeu médio a Grécia é um Estado europeu e ocidental, sem grandes margens para hesitações nesta qualificação. Não é difícil compreender tal percepção. O estudo da Antiguidade Clássica grega é, tradicionalmente, uma componente formativa basilar dos sistemas de ensino europeus e ocidentais. A herança da Grécia Clássica nos domínios das artes e da estética (arquitetura, escultura, literatura, teatro etc.), da reflexão filosófica (Sócrates, Platão, Aristóteles, etc.), da mitologia (Zeus, Neptuno, Afrodite, etc.), das realizações políticas (democracia de Atenas, autocracia de Esparta) e até dos conflitos militares (rivalidade entre Atenas e Esparta e guerras dos gregos com os persas, o “inimigo asiático” do mundo helénico), faz parte da formação do europeu medianamente culto, sendo incorporada na sua própria cultura nacional. No entanto, há um enorme hiato entre o passado e o presente, entre a Grécia clássica e a Grécia moderna, o qual dificulta a compreensão das especificidades da política interna e externa grega actuais. Se Grécia clássica é profundamente admirada e conhecida, já o mesmo não se pode dizer da Grécia

moderna. O conhecimento e admiração do passado deram lugar aos estereótipos negativos do presente, como denotam, por exemplo, as recentes declarações dos principais dirigentes políticos portugueses.

2. Não é preciso recuar demasiado no tempo para se encontrarem divergências políticas importantes entre a Grécia e a maioria dos Estados da União Europeia (e da NATO). As guerras que levaram à implosão da Jugoslávia nos anos 1990 mostraram bem as diferentes leituras desse conflito. Na percepção dominante a ocidente, os sérvios eram os principais agressores enquanto os muçulmanos bósnios e os croatas eram as principais vítimas da agressão perpetrada pelos sérvios. Quanto à Grécia, a percepção dominante foi inversa. Para além da simpatia popular pelos sérvios – explicável, sobretudo, por razões históricas e geopolíticas –, o governo grego recusou-se a condenar a Sérvia e o regime de Slobodan Milosevic, bem como a participar na ajuda militar a croatas, a bósnios e albaneses-kosovares. Na altura, esta dissensão levou o politólogo norte-americano Samuel P. Huntington – o autor do controverso e provocatório livro sobre o “choque das civilizações” –, a qualificar a Grécia como “um estranho ortodoxo nas organizações ocidentais”. Ainda segundo Huntington, o comportamento da Grécia na Presidência do Conselho da União Europeia, em 1994, “irritou os outros membros e funcionários ocidentais, que, privadamente, rotularam de erro a adesão grega” (trad. port., Gradiva, 1996, p. 190). No caso do Kosovo, a Grécia – juntamente com Chipre, a Roménia, a Eslováquia e a Espanha –, mantém-se como um dos cinco Estados-membros da União Europeia que não reconhece

esse ex-território sérvio como Estado soberano. Outro desalinhamento, ainda em aberto, surgiu ligado à questão da Macedónia. Em 1991, quando a República Socialista da Macedónia abandonou a Jugoslávia federal, a generalidade dos europeus e ocidentais ficou surpreendida pela tenacidade da oposição grega ao reconhecimento do novo Estado como “República da Macedónia”. Aquilo que visto sob o olhar exterior parece uma querela menor, na Grécia atingiu enormes proporções. Importa recordar que deu origem às maiores manifestações de massas da atual democracia grega implantada após o colapso da junta militar (ditadura dos coronéis, 1967-1974). Como se explica o nacionalismo exacerbado dos gregos? Vistas do exterior, as razões parecem longínquas e estranhas. Todavia, em regiões do mundo como os Balcãs, a História não é um mero conhecimento relegado para o foro da academia. É também uma arma política que sustenta discursos de teor nacionalista bem vivos. Importa ter em mente que os factos políticos são objecto de interpretações díspares dado serem vistos à luz de diferentes experiências colectivas. A pertença a uma determinada comunidade e/ou cultura é determinante nessa percepção. Assim, a designação “República da Macedónia” foi vista não só como uma tentativa de usurpação de um legado cultural helénico, mas também como um primeiro passo para possíveis reivindicações territoriais sobre a Macedónia grega. Na memória estão episódios da conturbada geopolítica dos Balcãs, especialmente as guerras de 1912-1913 pela posse dos territórios ex-otomanos, no qual se incluía a Macedónia. Essa disputa territorial teve sequelas na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais.

SAVANA
INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE

Registado sob número 007/RRA/DNI/93
NUIIT: 400109001

Maputo-República de Moçambique

Propriedade da

mediacoop SA

KOK NAM
Director Emérito
Conselho de Administração:
Fernando B. de Lima (presidente)
e **Naíta Ussene**
Direcção, Redacção e Administração:
AV. Amílcar Cabral nr.1049 cp 73
Telefones:
(+258)21301737,823171100,
843171100
Editor:
Fernando Gonçalves
editorsav@mediacoop.co.mz

Editor Executivo:
Francisco Carmona
(francisco.carmona@mediacoop.co.mz)

Redacção:
Fernando Manuel, Raúl Senda, Abdul
Sulemane e Argunaldo Nhampossa

Fotografia:
Naíta Ussene (editor)
e Illec Vilanculos

Colaboradores Permanentes:
Marcelo Mosse (marcelo.mosse@media-
coop.co.mz), Machado da Graça, Fernando
Lima, António Cabrita, Carlos Serra,

Ivone Soares, Luis Guevane, João
Mosca, Paulo Mubalo (Desporto).

Colaboradores:
André Catueira (Manica)
Aunício Silva (Nampula)
Eugénio Arão (Inhambane)
António Munaita (Zambézia)

Maquetização:
Auscência Machavane e
Hermenegildo Timana.

Revisão
Gervásio Nhalicale
Publicidade: Benvidina Tamele
(823282870)

Distribuição:

Miguel Bila
(824576190 / 840135281)
(miguel.bila@mediacoop.co.mz)
(incluindo via e-mail e PDF)

Fax: +258 21302402 (Redacção)
82 3051790 (Publicidade/Directo)

Delegação da Beira
Prédio Aruanga, nº 32 - 1º andar, A
Telefone: (+258) 825 847050821
savana@mediacoop.co.mz

Redacção
admc@mediacoop.co.mz
Administração
www.savana.co.mz

A Lista da infâmia

Por Adriano Morreira

A questão do terrorismo ganhou, nesta entrada do século sem bússola, um relevo que, entre os efeitos colaterais, inscreve o de remeter, para uma espécie de esquecimento, que esta metodologia do terror se desenvolve numa conjuntura de conflitos que, a partir do Relatório do SIPRI (Stockolm International Peace Research Institute) de 2013, preencheu o que foi chamado “a lista da infâmia”.

Sem evitar a difícil tentativa académica de classificar, por intervenientes nos combates, as novas formas de guerra, a unificação de todas tentou-a na análise e inventariação dos efeitos, no que respeita ao número

pavoroso de mulheres, crianças, refugiados atingidos, isto é, nas consequências humanas dessa diversificação da violência em que o terrorismo assume, na intervenção mundial, o primeiro lugar.

Na guerra clássica, as vítimas humanas eram sobretudo militares, mas o também chamado agora “grande jogo” acumula factores internos explosivos, que no continente africano parecem reeditar o trajecto que foi chamado a rota colonial do Cabo ao Cairo, abrangendo Magrebe islâmico, a República Centro-Africana, a Costa do Marfim, a Líbia, a Mauritânia, o Mali, o Ruanda, o Senegal, a Somália, o Sudão, somando-se os múltiplos

conflitos na Ásia, avultando o Afeganistão, Caxemira, Myanmar, as Filipinas, o Tadjiquistão, a Tailândia. Vivemos uma chamada ordem internacional que não exhibe qualquer autoridade suficientemente respeitada para impedir que seja a anarquia armada aquela que mais domina a vida e morte das gerações de talvez metade dos representados na ONU, com um Conselho de Segurança que não pode agir contra a vontade de qualquer titular do veto, um Conselho Económico e Social cuja opinião ninguém solicita, e que até parece ter desaparecido da memória dos Estados. Estados esses que são os mais atingidos pelos conflitos interestaduais, proliferando a violência interna,

enquanto na Europa o que mais se discute é o euro ou a crise da moeda única, e não o conjunto de ameaças que visam a fronteira de interesses, destacando-se os movimentos terroristas que incluem valores religiosos no proclamado conceito estratégico.

Em suma, como foi frequentemente sublinhado até pela imprensa, desde 1990, segundo as conclusões do SIPRI, a gravidade dos conflitos armados diminuiu depois de terminar a Guerra Fria, mas, tal como puseram em evidência estudos do nosso Instituto de Estudos Superiores Militares, a tipologia desses conflitos mudou. O mais grave, e violando os diplomas que regulam as relações internacionais, e sobretudo a paz, é a terrível mudança no que respeita às vítimas que são mulheres, povos em fuga, crianças, de modo geral populações civis atingidas. Foi esta estatística que recebeu a designação benévola de “lista da infâmia”. Uma lista que leva a repensar a tendência de privatizar a segurança e defesa, a eliminar profissionais que desde o fim da guerra de 1939-1945 foram chamados os “cães de guerra”, e sobretudo a origem das armas, em regra chamadas ligeiras, que não faltam aos que

exercem a violência, e que seguramente não são donativos dos fabricantes e fornecedores.

Números aleatórios, que identificam entre os fornecedores mais em vista alguns Estados que pertencem aos chamados BRICS, embora se adiante que as armas em uso pelos movimentos insurgentes provêm também de Estados falhados ou da pilhagem.

O secretário-geral da ONU, por intermédio do relatório do seu representante para as crianças e os conflitos armados, aponta “as seis violações mais graves” dessas crianças: raptadas, mortas ou mutiladas, violências sexuais, recusa de acesso humanitário, recrutamento ou emprego de soldados crianças, ataques dirigidos contra escolas e hospitais. A Convenção de Direitos das Crianças de 1989, ractificada com excepção dos EUA, da Somália, do Sudão do Sul e da Palestina, não impediu, segundo a Amnistia Internacional, que em 2003 existissem 300 mil crianças soldados, quando o seu secretário-riado (2011) fixou em 18 anos a idade legal de incorporação nas forças armadas. Esta a componente mais repugnante que foi chamada Lista da Infâmia.

**Professor Universitário*



MUNICÍPIO DE MAPUTO

GABINETE DE COMUNICAÇÃO

COMUNICADO

1. Na sequência do comunicado anterior, informamos estar em curso o processo de averiguação dos métodos de acesso à terra e a construções no Distrito Municipal KaMavota.
2. Dos casos averiguados até agora mostra-se claro e evidente que de facto há ocupações e construções ilegais.
3. Há Municípes que compareceram ao inquérito, uma vez notificados, e há outros que optaram por faltar sem qualquer justificação. Sobre estes faltosos, a lei estabelece formas de tratamento.
4. Face à prova produzida, iniciar-se-á brevemente o processo de demolições de obras ilegais.
5. Em relação às ocupações ilegais, declarar-se-ão in-existent e com todas as consequências legais daí resultantes.
6. São ilegais as ocupações de terrenos e as construções feitas com violação da lei.

Maputo, 17 de Fevereiro de 2015

O Director
Dr Narciso Benjamin Faduco



Email: carlosserra_maputo@yahoo.com
Portal: <http://www.oficinadesociologia.blogspot.com>

413

Sobre o celular

Pertenci a um tempo no qual, em certas zonas rurais do país, se fazia uso do telefone das cavilhas e da manivela: colocava-se a cavilha num número do quadro, dava-se à manivela e aguardava-se pacientemente que do outro lado da linha o destinatário atendesse. Por vezes, aqui e acolá, o tronco que sustentava o fio mágico do telefone ardia com alguma queimada feita pelos camponeses. Então, de nada

valia dar à manivela. Hoje, como é mágico este pequeno aparelho sem fio, sem cavilhas, sem manivela, sem o problema do tronco queimado, cheio de coisas e funções fantásticas, havido por natural, instantâneo, ao qual chamamos celular e em cuja órbita nascemos e vivemos, sem nos apercebermos de quão longa é a história física, química e matemática que está à sua retaguarda, de quão social é o seu natural.



A TALHE DE FOICE

Por Machado da Graça

Falta de vergonha

O que está a acontecer em Sofala, no momento em que escrevo é um exagero de falta de vergonha boçal.

Estou-me a referir ao facto de oito deputados da Renamo à Assembleia Provincial não terem podido tomar posse porque o partido Frelimo, que dominava a Assembleia anterior, acha que os seus nomes estão mal escritos. Sim, é isso mesmo que está a ler, leitor.

O antigo Presidente da Assembleia diz que há divergências entre a forma como os nomes estão escritos nos documentos de identidade daqueles deputados e a forma como são citados no acordão do Conselho Constitucional. E, vai daí, não lhes deu posse!

Mas, se olharmos mais de perto para a questão, podemos ver que iria ocorrer a sessão em que seriam eleitos os diversos órgãos da Assembleia Provincial e, sem aqueles oito deputados, a Renamo participaria em minoria quando, na verdade, conquistou a maioria dos lugares. E palpita-me que a chico-espertise do partido Frelimo consistia em apoiar-se naquela falsa maioria momentânea, para eleger os seus

membros para os cargos de chefia e tentar criar uma situação de facto consumado.

É óbvio que esta golpada boçal caiu pela base na medida em que todos os outros deputados da Renamo abandonaram a sala e não ficou quorum para a Assembleia funcionar.

Mas o mais chocante é verificar que, no partido Frelimo, continua a haver gente que pensa que pode fazer coisas destas e conseguir os seus objectivos. Gente que não percebe que o país está sentado em cima de um barril de pólvora e que actos como este podem deitar fogo a essa pólvora.

Além do mais, se os nomes têm pequenos erros, esses erros foram cometidos pelos órgãos eleitorais, ou pelo Conselho Constitucional, porque a Renamo enviou-lhes fotocópias dos documentos de identificação. Se houve erros na transcrição a responsabilidade é da Comissão Nacional de Eleições ou do STAE ou do Conselho Constitucional. Não da Renamo nem dos seus deputados.

Entretanto, devido a esta sabotagem boçal, a Assembleia está paralizada.

A FALTA DE VERGONHA CONTINUA? CONTINUA!!!!

Cinco pontos sobre a Grécia

Por Bruno Faria Lopes

As autoridades portuguesas fazem bem em cavar um distanciamento prudente face à Grécia, mas erram ao destratarem Atenas e ao derramarem moral sobre os gregos.

1. Apesar da retórica inflamada e das posições extremadas é razoável esperar que haja um acordo entre a Grécia e os restantes europeus. Ambos os lados têm ainda muito a perder caso deixem a situação resvalar para uma saída grega do euro.

Do lado europeu poucos têm vontade de testar o que acontece quando um país sai da moeda única - e ninguém, de Berlim a Washington, gostaria de ver Atenas cair nos braços de Moscovo. Do lado grego, a ameaça de dar um tiro na própria cabeça não tem, por enquanto, mandato democrático - nem ninguém no Syriza tem vontade de presidir ao caos da saída no curto a médio prazo. No meio da poeira no ar é bom lembrar onde estão os incentivos.

2. Um acordo poderia significar o início de uma acalmia na Grécia - uma extensão de prazos na dívida, o abandono de algumas reformas do cardápio da 'troika' e uma menor exigência no excedente orçamental seriam, somados a eventuais verbas europeias para investimentos públicos, um bom ponto de partida para uma nova legislatura. Quase tudo isto parece estar ao alcance de um Governo grego.

É um bom acordo tendo em conta as circunstâncias e, se for vestido com as palavras certas, pode ser vendável em Atenas.

3. As contrapartidas desse acordo (que não conhecemos - aliás, até aqui mal se falou de política económica concreta) podem, ainda assim, revelar-se inaceitáveis para quem defende a agenda política do Syriza. A monitorização externa pode ter outro nome que não 'troika', mas não vai desaparecer - sobretudo se a Europa caminhar para uma maior integração. A falta de confiança do mercado também não, o que prolongará a dependência grega dos parceiros europeus cada vez menos receptivos. As contrapartidas de política também não se vão vaporizar. Quem pensar que o Governo grego tem capacidade para gerir internamente a política - oscilando em direcção ao centro -, e vontade para ir cumprindo o essencial, deixando cair a agenda nacionalista, é uma pessoa optimista.

4. As autoridades portuguesas fazem bem em cavar um distanciamento prudente face à Grécia, mas erram ao destratarem Atenas e ao derramarem moral sobre os gregos. É um erro porque Portugal não precisa de assumir esse posicionamento de linha dura, porque arrisca perder margem para vir a beneficiar de eventuais cedências nas condições de pagamento

(que podem ser ainda melhores) e porque subestima o ressentimento latente em Portugal contra a posição alemã. É, também, um erro no plano moral - não se dá lições a um parceiro europeu cuja economia encolheu 25% em cinco anos. O Governo português, que sabe o que é ter de cumprir um programa irrealista, deveria ser menos hipócrita no discurso público.

5. Ninguém tem o monopólio da culpa no problema grego. Há os erros continuados da Grécia, em boa parte decorrentes de problemas institucionais antigos e incompatíveis com uma moeda partilhada com o Norte da Europa.

E há os erros europeus, da entrada prematura no euro, à escassa monitorização, culminando em programas excessivamente duros, envoltos numa linguagem que reduz o país a um mero devedor. Por isso, entristece ver o ambiente de Benfica-Sporting, cheio de moralismo "pró" ou "contra", parco em factos, com que se discute o tema em Portugal e nos media internacionais. De um texto para o outro passamos da "crise humanitária" para os "calaceiros" dos gregos. É a força das agendas políticas pró e anti-austeridade, bem sei.

Mas não deixa de ser deprimente - e de nos impedir de perceber, de uma forma mais abrangente, parte dos nossos próprios problemas, em casa e na Europa.



SACO AZUL

Por Luís Guevane

Desafio para os deputados

Muito mais do que esperarmos pela submissão, por parte da Renamo, do anteprojecto de criação de regiões autónomas, ao Parlamento, ansiamos que o mesmo seja uma forma de apaziguar as emoções; não seja, enfim, uma fonte de divisionismo e/ou de exclusão justificadas.

Se olharmos para Moçambique percebemos que é um País que tem os seus recursos naturais (minerais, florestais, hídricos, ...) e humanos concentrados maioritariamente nas regiões centro e norte. Estas regiões, cuja autonomia agora se pretende, concentram um potencial de riqueza ainda por explo-

rar e que poderá valer, nos próximos tempos (admitindo uma exploração racional e sustentável) uns lugares bem acima para Moçambique no ranking mundial de desenvolvimento. Transformar esses recursos em riqueza é caminhar para a independência económica e política. O anteprojecto vai à Assembleia da República (AR). Esta decidirá sobre a sua aprovação, o que se poderá constituir num desafio (ou não) ao acordo político alcançado entre Nyusi e Dlhakama, isto é, entre o Governo e a Renamo. Poderá vir a ser um desafio se os deputados da bancada maioritária não aprovarem o referido anteprojecto mesmo sabendo de tal acordo político. Neste caso admitiríamos que a vontade de Nyusi teria sido desrespeitada por força e obra do presidente do par-


tido. Porém, a não aprovação pode derivar de um aval entre Nyusi e os seus deputados, o que refletiria a sua posição relativamente ao anteprojecto. Estando neste ponto, restaria a Dlhakama cumprir os seus "avisos" ou ponderar uma nova cartada. Como os "partos difíceis" tem caracterizado a A.R., então, não sendo aprovado o anteprojecto logo à primeira sê-lo-ia à segunda ou à terceira. Na pior das hipóteses seria, simplesmente, chumbado pela ditadura da maioria. A função legal ganharia, então, o seu espaço. Para abafá-la restariam os argumentos políticos e/ou político-militares (na fase subsequente).

Uma situação contrária seria a da aprovação do modelo. Sem "teatros" de espécie alguma e sem o característico jogo de tempo, res-

taria aos deputados uma solução negociada, aprimorando o conteúdo e adequando o novo modelo às vontades das partes, de forma equilibrada. O acordo político ganharia, então, força de lei. Viabilizada a criação da região autónoma de Moçambique "centro e norte" restaria aos moçambicanos perceber o que aconteceu na AR. Ao mesmo tempo o acontecimento transformar-se-ia numa forte promoção positiva da imagem internacional do País e, particularmente, de Nyusi e Dlhakama.

Olhando para a história do País esta nova fórmula de "região autónoma de Moçambique centro e norte" parece chocar com a maneira como muitos moçambicanos foram educados politicamente a perceber Moçambique. Não sei o que pen-

saria Eduardo C. Mondlane sobre esta questão. Como "choca" a muitos moçambicanos é importante que se promovam debates e que se tente explicar ao público em geral o conteúdo e a forma desta "região". Isto não significa impossibilidade de implementação do modelo em causa mas sim uma socialização. Daqui reforçar-se-ia, provavelmente, a ideia de um referendo sobre o assunto. Como o País sempre cantou que não tem dinheiro, tal referendo não se realizaria. Estando isto fora de debate, remeter-se-ia a solução à ditadura do voto. Seria, então, a nossa democracia, com pernas para andar mas sem capital para se afirmar. O desafio está claramente colocado aos deputados da AR.




TIMECON
E NEG


MIA
CIOS

ALEXANDRE ROSA
TRAZ-LHE A INFORMAÇÃO
ECONÓMICA DO PAÍS
E DO MUNDO

SEGUNDA-FEIRA
21:00



A man in a dark grey suit, white shirt, and patterned tie stands with his arms crossed against a background of orange and yellow hexagons.



JORNALISMO RESPONSÁVEL

Av. Patrice Lumumba, 580, Maputo
Tel.: + 258 21 31 53 86 / 7 / 8 | Cel.: + 258 84 50 06 636
informacao@tim.co.mz | www.tim.co.mz

“Os clubes devem saber a quem contratam”

-Diz Vítor Pontes, treinador do Ferroviário de Maputo, para quem o dirigismo desportivo, em Moçambique, é igual ao português, onde os dirigentes são “mais emotivos”

Por Abílio Maolela

Há quase um mês do arranque do campeonato nacional de futebol, vulgo Moçambola, o SAVANA procurou o treinador principal do Ferroviário de Maputo, Vítor Pontes, para falar do nível de preparação da sua colectividade para a presente época.



“Os clubes devem saber a quem contratam, antes de o fazer, para não o demitirem em dois jogos”, Vítor Pontes

Confrontado com a questão das “inúmeras” demissões de treinadores no campeonato nacional, o timoneiro dos “locomotivos de Maputo” considera o dirigismo desportivo moçambicano igual ao português e que é necessário os dirigentes saberem “a quem contratam” e deixarem os mesmos trabalharem, como foi o seu caso no Ferroviário de Maputo, onde só conseguiu a permanência na última jornada. Diz também que, durante o defeso, teve propostas de trabalho que não as aceitou por cumprimento do contrato que tem com o actual clube, assegurando ainda que nunca esteve preocupado com o seu lugar, pois, “tenho um contrato de dois anos”.

Acompanhe, a seguir, a conversa com Vítor Pontes, onde fala da sua chegada à Moçambique; da sua passagem pelo Clube de Chibuto e do estágio actual da sua carreira, ao serviço do Ferroviário de Maputo.

Em que estágio está a preparação da equipa para a presente época?

-Está a decorrer dentro da nossa programação. Tivemos duas semanas na Swazilândia e o estágio correu muito bem porque deu para integrar melhor os novos atletas e o melhor espírito de grupo que queremos formar. Queremos incutir também, aos novos, a forma de trabalhar, conforme as ideias do treinador. As coisas estão a correr bem e com alguma satisfação da minha parte.

Fizemos cinco jogos e vencemos todos. Comparativamente ao ano passado, estou satisfeito, apesar de saber que poderá não significar nada para o campeonato. Mas, vale ganhar do que perder. Portanto, até ao momento estamos felizes com o desempenho da equipa e com os resultados também. Porém, há que continuar a subir os níveis de confiança para que, quando chegar o Moçambola possamos corresponder as nossas expectativas.

Quais são os objectivos para este ano?

-Os objectivos serão iguais aos de todos anos. Tendo em conta a grandeza do clube e o histórico do mesmo, não pode ser mais do que a conquista do título nacional e da Taça de Moçambique. Embora tenhamos tido má prestação no ano passado, acreditamos que neste ano faremos melhor e que somos capazes de conquistar o título. Somos um dos sete candidatos ao título (Maxaquene, Costa do Sol, Liga

Desportiva de Maputo, HCB de Songo, Ferroviário da Beira, Ferroviário de Maputo e Ferroviário de Nampula) e esperamos que até a última jornada estejamos em condições de ocupar o primeiro lugar. Já não sei se conseguimos, mas os nossos objectivos são esses.

“Estou aqui para cumprir o meu segundo ano do contrato”

Tendo em conta a prestação da equipa na época passada, na sua análise, o que terá ditado para a sua manutenção?

-Duas coisas muito simples. A primeira é que, quando aceitei o convite do Ferroviário, a direcção tinha-me proposto um contrato de dois anos. Eu queria apenas de um ano e o clube negou, dizendo que queria dois anos. O primeiro ano foi definido como ano zero. O clube queria ser campeão, mas se assim não acontecesse não seria problema porque seria o ano da reestruturação do plantel, conhecimento do clube para que tivéssemos mais condições para atacar o título, neste ano.

Durante o defeso, Arnaldo Salvador foi apontado como seu possível substituto. Como é que acompanhou estas notícias?

-Eu sempre aprendi a respeitar os meus contratos. Ainda no Chibuto e com mais um ano de contrato, o Ferroviário de Maputo tentou-me contactar e eu lhes disse que tenho compromisso com o clube e se estiverem interessados em mim, quando terminar o meu contrato sentaremos a mesa. E assim foi. Por duas vezes, o Ferroviário tentou-me contactar e não aceitei porque tinha compromisso com o Chibuto. Por isso, estou aqui para cumprir o meu segundo ano do contrato. O facto de se ter associado um outro nome a minha sucessão nunca me preocupou porque tenho contrato por cumprir. Se as pessoas entenderem que não mereço a confiança para continuar no projecto, vamos sentar e entrarmos em acordo, pois eu também tive outras propostas para poder sair e não fui porque tinha

um contrato por cumprir com o Ferroviário, por isso se os dirigentes terão que negociar comigo, porém respeito as decisões de quem manda. Aliás, não estou preocupado com as especulações.

O que falhou na época passada, para assegurar a permanência a duas jornadas do fim?

-Para os que acompanharam o Moçambola, na época passada, sabem muito bem o que aconteceu. Cheguei tarde e a equipa já tinha feito o estágio, na Namaacha. Daí há nova sobrecarga porque a equipa teve que se adaptar a minha forma de trabalhar, diferentemente deste ano, em que o grupo já me conhece e começamos juntos o ano. O segundo aspecto, é que tivemos jogos que poderiam ter nos catapultado, mas que também influenciaram negativamente. Na Beira (1ª jornada), estivemos a ganhar até ao minuto noventa e o Ferroviário empatou. Na segunda jornada, a Liga empatou o jogo no minuto 93 e, na terceira jornada, perdemos com o Maxaquene. São dois jogos consecutivos a empatarmos no minuto 93 e um jogo a perdermos injustamente. Por isso, este arranque é conjugado com algumas más exibições nossas e alguns erros individuais e de arbitragem foram suficientes para que tivéssemos essa prestação.

O que ditou o afastamento da primeira equipa técnica e que relacionamento tinha com a mesma?

-Em termo de relacionamento, tivemos a melhor relação. Como, com Mussá Osman, o mesmo aconteceu com Danito Nhampossa e Vítor Magaia. As suas saídas não compete a mim falar, mas ainda mantenho bom relacionamento com os dois.

Este ano trabalha com Alcides Chambal. Quem o indicou?

-Antigamente, os treinadores quando eram contratados, levavam a sua equipa técnica completa. Hoje, os clubes colocam um a dois elementos da casa, na equipa técnica, que servem de elo de ligação entre a direcção e o plantel. No caso de Alcides, não fui eu que o indi-

quei, mas é uma pessoa competente e é licenciado em educação física. Por isso, tenho uma boa impressão dele e é uma pessoa conhecedora da casa.

Sou líder da equipa técnica e confio nos elementos que trabalham comigo. Indiquei o Florêncio, assim como o Hélio quando saiu Vítor Magaia.

Portanto, isso não me preocupa porque, para mim, os colaboradores e os treinadores devem estar preparados para trabalharem juntos. Porém, vão ter que ouvir as minhas decisões, embora sejam democráticas porque gosto de ouvir meus colaboradores.

“O dirigismo aqui não defere muito do que é em Portugal”

Foi despedido do Chibuto e, em pouco tempo, foi convidado a regressar. Como foi gerir esta situação?

-Na vida aprendi a respeitar as pessoas que têm o poder de decisão. Se naquela altura disse aos dirigentes do Clube que, se essa é vossa decisão, quem sou eu para contrariar. Fiquei triste porque tinha o desejo de terminar o trabalho que tinha sido eu a iniciar, mas tive que respeitar a decisão, embora não compreendia. Três dias depois, conversaram comigo e as coisas normalizaram-se. Aceitei regressar porque achei justo terminar o trabalho que tinha iniciado. Tínhamos conseguido marcar presença na final da Taça de Moçambique. Por isso, foi uma volta pacífica, da minha parte e também foi um reconhecimento dos dirigentes que tinham se precipitado ao me demitirem. Fiquei feliz com o convite.

Apesar dessa decisão, nunca tive problemas com as pessoas que dirigem o clube.

Como analisa o dirigismo desportivo, tendo em conta as chicotadas psicológicas que se tem verificado no nosso campeonato?

-O dirigismo aqui não defere muito daquilo que é em Portugal, onde as vezes toma-se decisões precipitadas e depois volta-se atrás. Isto é um problema cultural. Há países, onde os dirigentes são mais emotivos e o barómetro do treinador são os resultados, embora não seja tanto assim. Mas, porque quando as coisas não correm bem, o mais fácil é despedir o treinador. As vezes as pessoas sabem que o treinador não é o problema, mas porque precisa-se de uma solução para mudar-se a imagem, o elo mais fraco é o treinador. Há países, como Inglaterra, onde os treinadores se mantêm em frente das equipas durante muito tempo, mesmo sem conseguirem resultados. Por exemplo, Arsène Wenger treina o Arsenal há 19 anos e só tem três títulos (1997-98, 2001-02 e 2003-04), mas todos os anos tem milhões de libras para investir no

plantel e ganhar títulos. Há alguma coisa que anda mal. Mas, se não ganha nada, com muito dinheiro a sua disposição e não é mandado embora é porque, na hora do balanço, há coisas que são constatadas e não são atribuídas ao treinador. Ou seja, as pessoas reconhecem a competência e a qualidade dele e assumem que não é o único culpado.

Em Portugal, ultimamente, as coisas também tendem a ser iguais. Pinto da Costa (presidente do FC Porto) é uma pessoa que costuma manter os seus treinadores até ao final da época. O Benfica também mantém Jorge Jesus há seis anos e só tem dois campeonatos. Por isso, é preciso que se analise os porquês das coisas e não atribuir as responsabilidades somente ao treinador.

O que tem que mudar, não só em Moçambique, como também em Portugal, é que os clubes devem saber a quem contratam, antes de o fazer, para não o demitirem em dois jogos. Primeiro, analisar o seu perfil, a sua capacidade e depois ter uma calma suficiente, pois é preciso dar tempo ao treinador para que trabalhe e produza os resultados necessários.

Mas, ao nível do Ferroviário de Maputo, nunca tive os mesmos problemas. Repito, como profissional, sempre aprendi a respeitar os meus superiores, jogadores e dou o meu melhor em tudo, em prol do clube que represento. Portanto, como um bom técnico, sempre aprendi a respeitar os outros e as suas decisões, embora não concorde.

E o jogador moçambicano?

-É um talento inacto, mas com muito para melhorar, em particular no seu comportamento. Não se chega a dizer que temos um potencial diamante por causa do comportamento. Há coisas que devem melhorar, em termos de disciplina, rigor e entrega ao treino. Deve-se melhorar o modelo de criação do jogador moçambicano. Deve ser mais profissional, exigente e o atleta deve perceber também que há coisas que um atleta profissional não pode fazer como um cidadão comum.

Os jogadores devem ter consciência profissional e o sentido de responsabilidade deve ser chamado ao próprio atleta porque coloca em causa o seu futuro

Como encara o projecto Locomotiva de Esperança?

-O clube está, hoje, a dotar-se de melhores condições para prática do futebol para poder trabalhar e potenciar esse diamante em bruto que temos e o Ferroviário está, quer ao nível de infra-estruturas e também ao nível técnico, a fazer as suas remodelações e acredito que o futuro é promissor.

Como têm reagido às críticas dirigidas aos treinadores estrangeiros?

-É difícil responder essa pergunta. Gostava de responder diante das pessoas. Mas, vou lembrar que Litos ganhou Supertaça, campeonato nacional e uma Taça de Moçambique. Tivemos, em 2013, o Chibuto na final da Taça; o Ferroviário de Maputo também na final da Taça, no ano passado; Diamantino Miranda também na final da Taça de Moçambique, em 2012; Tivemos Rogério Gonçalves a disputar, até a última jornada, o título nacional. Assim, num curto espaço de tempo, elenquei uma série de feitos de treinadores estrangeiros e o que gostava de ver e ouvir são críticas fundamentadas. As nossas portas estão abertas para que avaliem o nosso trabalho porque acredito no que faço.

Eu não sou mais treinador em Portugal que Moçambique. Tenho mais de 200 jogos oficiais na Liga Portuguesa. Tenho 10 jogos nas competições europeias por uma equipa portuguesa. Tenho uma final europeia pelo União de Leiria. Uma final da SuperTaça contra FC Porto. Tenho uma eliminatória ganha contra o Benfica, no Estádio da Luz. Tenho duas finais da Taça de Moçambique. Nunca perdi com o Benfica. Portanto, tenho uma série de resultados atrás de mim que não preciso dizer quem sou. Tenho um passado que fala por mim e as pessoas devem saber a quem contratam (competências, capacidade, entre outros itens).

“Chibuto é um marco que vai me acompanhar”

Quem é Victor Pontes?

-A minha formação está baseada no União de Leiria, onde tive 11 anos. No meu percurso profissional, como jogador, representei o Vitória de Guimarães, Nacional da Madeira e Oltano.

Regressei à Leiria para fazer parte da equipa técnica, onde tornei-me treinador-adjunto durante 11 anos (oito anos como adjunto e três anos como treinador principal). Fui adjunto de alguns treinadores de renome, como Manuel Cajuda, Victor Manuel, Manuel José, Quinito e tive a felicidade de ter sido colaborador de José Mourinho, no União de Leiria, durante oito meses e foi com ele que a minha vida mudou porque, com a sua saída, tornei-me treinador principal. Estive mais três anos como treinador principal da equipa, antes de me mudar para o Vitória de Guimarães e mais tarde para o Portimonense. No interregno, comentei para a SportTv (canal desportivo português, responsável pela transmissão da Liga Portuguesa). Em 2012, chegou o convite de Clube de Chibuto. Felizmente, tudo correu bem e, desportivamente, os resultados correram bem. Quando cheguei, as coisas estavam mal, mas tudo correu bem e terminamos em sétimo lugar nessa campanha (2012). No segundo ano (2013), fomos melhores ainda porque já tínhamos conhecimento da equipa, do campeonato e da cidade.

Apesar de termos terminado no sétimo lugar, ficamos na liderança por muitas jornadas e também fomos a final da Taça de Moçambique, onde infelizmente, perdemos

para o Ferroviário da Beira. Aliás, foi um percurso meritório para nós, pois para um clube pequeno chegar a final da Taça não é algo comum. Mas, isso deveu-se a nossa capacidade de trabalho, às pessoas que estão à frente do clube e valorizo muito o empenho e dedicação daquela direcção, pois, acredito que muitos de nós pensávamos que era um clube de província, mas no terreno mostrou o contrário. Fui feliz lá e agradeço pela oportunidade que me deu, pois estou em Moçambique graças ao convite feito por este clube.

Depois apareceu o Ferroviário e aceitei, com bom grado, porque é um clube histórico, com uma grande massa associativa e com grande pressão.

É claro que no ano da minha chegada (2014), as coisas não correram bem. Houve muitas coisas que influíram: chegada tardia ao clube (um clube que não conhecia) e o não conhecimento do plantel. Por isso, não tivemos um ano positivo, como era o desejado. Mas, chegar a final da Taça, em dois anos consecutivos, é algo que me deixa feliz, embora no Moçambola correu mal.

Porém, neste ano, acreditamos que tudo vai correr bem, pois estamos muito ambiciosos. Penso que temos mais condições que no passado e já nos conhecemos melhor. Por isso, estamos focalizados na conquista do título e da Taça de Moçambique.

Como é que chega à Moçambique?

-Chego à Moçambique, através de um convite formulado por empresário, que me contactou para trabalhar no Clube do Chibuto.

Primeiro, vim para conhecer o país, as pessoas e discutir com elas a proposta que tinham para mim, mas depois fiquei e nunca mais saí daqui. Foi também a minha primeira experiência fora do país. Mas, estou satisfeito aqui porque quero conquistar algo e ajudar para o desenvolvimento do futebol moçambicano porque há muito potencial. Quando cheguei à Moçambique disse que queria ser feliz neste país e as pessoas brincaram com isso e digo que estou feliz e, se ganhar títulos, ficarei feliz ainda. Há muita gente que vê dificuldades e eu vejo oportunidades de trabalho e estou aqui a fazê-lo. Segundo, é gratifi-

cante lançar jovens e vê-los crescer; tirar um clube do anonimato, como Chibuto, para o conhecimento internacional. Chibuto é um marco que vai me acompanhar, enquanto estiver em Moçambique porque é o clube que me deu oportunidade. Há pessoas que não entendem isso do que estar a trabalhar e sentir a felicidade sobre aquilo que está a realizar. Obviamente, que queria ter melhores resultados, mas gostava também que na análise a esses resultados fosse uma crítica sustentada e não porque não tenho resultado e consequentemente não tenho valor. Não pode ser assim. Venham ver a nossa organização de trabalho. Edmilson, Manucho, Picachú são o exemplo daquilo que é o nosso trabalho. São jovens com menos de 23 anos e tiveram muitos minutos durante a época passada. Por isso, só os desatentos não vê o que estamos a fazer.

O empresário é moçambicano?

-Sim. Mas, não quero revelar o seu nome.

Antes de vir à Moçambique, já conhecia o futebol moçambicano?

-Agora tenho muito conhecimento do futebol moçambicano que dantes, mas seguia muito as notícias dos países lusófonos. Também porque tinham estado aqui alguns colegas portugueses, como Litos e Professor Neca. Não conhecia alguma coisa, tão bem, como hoje, por isso que estou muito satisfeito.

Como foi trabalhar com Mussá Osman, um dos carismáticos treinadores moçambicanos?

-Enquanto estive com ele, tivemos uma relação ótima. Sempre tivemos uma relação de cordialidade e respeito pelo outro. Nunca tivemos atritos e quando saí ele comandou a equipa até ao meu regresso. Até, achei estranho, quando disseram-me que ele disse que o ‘pior momento da carreira’ foi ter trabalhado comigo, mas gostava muito de ouvir dele essa explicação, porque enquanto trabalhamos juntos sempre demo-nos bem. Já fui dito que é mentira, mas ainda quero confirmar porque o nosso relacionamento foi cordial. Valorizou muito até ao meu trabalho. Mas, também a sua saída não teve nada haver comigo.



VENDA DE BENS USADOS

A PSI/Moçambique, uma ONG sem fins lucrativos, sediada em Maputo, Bairro de Sommerschield, Rua Joseph Ki-Zerbo n.º 227, solicita ao público em geral que envie propostas financeira em carta fechada para aquisição de carros usados conforme consta da lista abaixo até ao dia 24 de Fevereiro de 2015, no período das 08H00 às 17H00:

#	Matrícula	Descrição	Ano de Fabrico	Estado Geral	Província	Preço de licitação
1	MLW-20-57	Renault Kangoo	2008	Avariada	Maputo	10.000,00MT
2	MLW-20-59	Renault Kangoo	2008	Avariada	Maputo	10.000,00MT
3	MLW-20-61	Renault Kangoo	2008	Avariada	Maputo	10.000,00MT
4	MLW-31-62	Renault Kangoo	2008	Avariada	Maputo	10.000,00MT
5	MLW-31-63	Renault Kangoo	2008	Avariada	Maputo	10.000,00MT
6	MLW-31-64	Renault Kangoo	2008	Avariada	Maputo	10.000,00MT
7	MMS-12-94	Renault Kangoo	2008	Avariada	Maputo	10.000,00MT
8	MMS-12-92	Renault Kangoo	2008	Avariada	Maputo	10.000,00MT
9	MLW-20-58	Renault Kangoo	2008	Operacional	Maputo	15.000,00MT
10	MLW-31-66	Renault Kangoo	2008	Avariada	Maputo	10.000,00MT
11	MLW-20-60	Renault Kangoo	2008	Avariada	Maputo	10.000,00MT
12	MLW-31-65	Renault Kangoo	2008	Operacional	Maputo	15.000,00MT

Estas viaturas serão vendidas nas condições e locais em que se encontram e poderão ser previamente visitadas, entre os dias 19 de Fevereiro à 23 de Fevereiro de 2015 das 9H às 16H00, no endereço abaixo indicado. O(s) concorrente(s) que apresentarem proposta financeira mais aliciante será proclamando vencedor, e deverá proceder com o pagamento na totalidade do valor total da(s) viatura(s) no prazo de 3 (três) dias e consequente retirada da(s) viatura(s) para fora das instalações da psi. A PSI/Moçambique não se responsabilizará nem prestará qualquer auxílio no processo de retirada das viaturas.

Maputo – Bairro Machava – Cruzamento entre a Rua Terra Fértil e Rua de Mutateia – Complexo ZUID;

As propostas devem ser endereçada a psi/Moçambique no endereço: Bairro Machava – Cruzamento entre a Rua Terra Fértil e Rua de Mutateia – Complexo ZUID;

Vânia Lemos expõe *Feelings* no Kulungwana

Está patente de 19 de Fevereiro a 28 de Março, na galeria do espaço kulungwana, nos Caminhos de Ferro, a terceira exposição individual da artista plástica Vânia Lemos, intitulada *Feelings*, traduzido para português significa sentimentos. A mostra é constituída de 22 obras em técnica de aquarela. Vânia Lemos não expõe a 7 anos. A última exposição intitulava-se Cantarolando, em 2009, no marco do Festival Internacional de Música Clássica, na galeria do CCFM. “São obras sem títulos, com a intenção de abrir uma janela, que facilite, com absoluta liberdade, as leituras que o público possa fazer sobre os sentimentos que provocam em nós aquelas coisas que nos rodeiam”, disse Vânia Lemos. Vânia Lemos, nasceu a 6 de Outubro de 1962 em Maputo. Conclui o curso de formação de professores de História e Geografia na Fa-

culdade de Educação (UEM). E autodidacta, tendo como referência a obra do seu pai, Eugénio Lemos. Frequentou o curso de Batik, no actual Núcleo de Arte e outro de Pintura a Oleo na Escola/Galeria “Lemos”. A partir de 1996 trabalha no ateliê do professor/mestre Ulisses Oviedo. A sua primeira exposição individual realizou-se em 2000 no Centro de Estudos Brasileiros, em Maputo, intitulada “Sonata a Natureza”. Em 2004, realiza a segunda individual no Instituto Camões, em Maputo. Ganhou segundo Premio de Pintura/Musart no Museu Nacional de Arte, em 2001. Participa em exposições colectivas em Moçambique e no estrangeiro. E membro fundador do Movimento de Arte Contemporânea de Moçambique.

A.S



Pensar, Escrever, Perguntar

A crónica bloqueia. Já é um clássico. Hesitei entre escrever sobre a política dumba nengue ou os poetas malditos, glosando, desdobrando um ensaio de Claudio Willer sobre Baudelaire, Rimbaud e Artaud.

A política dumba nengue, sem ofensa à informalidade e adequação às circunstâncias que é o difícil ofício de sobreviver – Cesar Pavese escrevia sobre o Ofício de Viver – é o que anda por aqui, entre “repúblicas” hipotéticas, regiões autónomas, etc. Tudo entre irmãos que, em se zangando, se matam. Os poetas malditos não acrescentam nada ao PIB nem sabem fazer pontes nem plataformas. Desisti. Mas lembrei-me de um, poeta maldito, lato sensu, Amin Nordine, que morreu jovem como convém e a quem Francisco Noa dedicou a atenção de uma leitura crítica.

Por estes dias, Noa ganha um prémio de literatura, sobre a literatura. O “delito”? A publicação de “Perto do Fragmento, a Totalidade”. A distinção deve-se a uma entidade bancária do país. Prémio que contempla também outras áreas da criação artística e que se tem posicionado como relevante no panorama cultural.

Professor universitário, Francisco Noa partilha o rigor da análise académica com uma muito criativa faceta ensaística, de exercício crítico do fenómeno literário e de intervenção jornalística.

Não cabendo na definição mais comumente aceite de escritor ou de poeta – Noa, que se saiba não deu a público, nem sinal disso, prova de qualquer incursão pelo território ficcional ou de criação poética – mais interessante se torna atribuição deste prémio literário.

Esbatidas estão, desde há muito, as fronteiras de género: romance, novela ou conto mergulham, tantas vezes, no exercício ensaístico. O poema não deixa de ser uma forma peculiar de conhecimento, eco de formulações filosóficas ou propiciador delas.

Com uma sólida base teórica, sempre em estado interrogante, Francisco Noa confessa: “O que efectivamente me move são as minhas próprias incertezas e os questionamentos que faço bem como os que ficam por fazer. E é, pois, por detrás deles onde encontro o sentido das coisas, das palavras e da existência, sobretudo neste tempo cada vez mais difuso e ambíguo.”

“Literatura Moçambicana – Memória e Conflito”, de 1997, é uma primeira e heterodoxa incursão pós colonial na obra de um poeta tão importante como Rui Knopfli, variação de um drama em gente onde se encena a invenção de um espaço identitário moçambicano, suas fracturas e sua complexa formulação. Segue-se “A Escrita Infinita”, selecção de ensaios e de textos jornalísticos onde se percebe essa demanda, já então encetada, de pameamento e religação dos traços que configuram uma Escrita de Si, para citar um ensaio do camaronês Achille Mbembe.

“Mito, Império e Miopia – Moçambique como invenção literária”, 2002, e felizmente publicada em livro, é uma estimulante tese de doutoramento, onde Francisco Noa discorre sobre o que considera a atitude reactiva do que se designa como literatura moçambicana face ao folclorismo, ou exotismo, ou preconceito, racial inclusive, da produção literária, ou pseudo literária colonial. A tese não é, obviamente, maniqueísta. O imperativo da construção de um Sujeito em reconfiguração, ou a resgatar, que recusa a invenção de si pelo outro, é uma problematização muito ampla e que convoca a exigência de uma multidisciplinaridade de que Francisco Noa dá basta prova e estimulantes pistas.

“Perto do Fragmento, a Totalidade”, está organizado em três secções: ensaios; prefácios e textos de apresentação de livros e artigos de opinião. Os temas e as circunstâncias são os mais diversos. Da literatura como valor apelativo e estruturante à narrativa contemporânea moçambicana – o individual, o comunitário e o apelo da memória (os títulos são do autor) à leitura crítica da produção poética do país, desde as produções fundacionais de um José Craveirinha e uma Noémia de Sousa a obras das gerações pós independência. A dimensão existencial, a produção de sentidos ou de fracturas no tecido cultural e social do país, merecem sempre de Francisco Noa uma apropriação ou denotação problematizante e abrangente, uma consciente fuga a uma qualquer empolada e auto-complacente solidão identitária.

Noa convoca o lugar e insere-o na rede de relações com o tempo do mundo. A sua intervenção cultural e de docência, concorde-se ou não com todas as suas categorias conceptuais, continua a ser uma das mais estimulantes em Moçambique.

Amor

Amor. Tão pequena, esta palavra. Palavra bela, preciosa. Sentimento forte e inacessível. Quatro letras apenas, gerando todos os sentimentos do mundo.

As mulheres falam de amor. Os homens falam de amor. Amor que vai, amor que vem, que foge, que se esconde, que se procura, que se encontra, que se preza, que se despreza, que causa ódios e acende

guerras sem fim. No amor, as mulheres são um exército derrotado, é preciso chorar. Depor as armas e aceitar a solidão.

Escrever poemas e cantar ao vento para espantar as mágoas. O amor é fugaz como a gota de água na palma da mão.”
CHIZIANE, Paulina. Niketche: uma história de poligamia. Companhia das Letras, 2004. pág.13.

Poesia

O Amor, Meu Amor
Nosso amor é impuro
como impura é a luz e a água
e tudo quanto nasce
e vive além do tempo.

Minhas pernas são água,
as tuas são luz
e dão a volta ao universo
quando se enlaçam
até se tornarem deserto e escuro.
E eu sofro de te abraçar
depois de te abraçar para não sofrer.

E toco-te
para deixares de ter corpo
e o meu corpo nasce
quando se extingue no teu.

E respiro em ti
para me sufocar
e espreito em tua claridade
para me cegar,
meu Sol vertido em Lua,
minha noite alvorecida.

Tu me bebes
e eu me converto na tua sede.

Meus lábios mordem,
meus dentes beijam,
minha pele te veste
e ficas ainda mais despida.

Pudesse eu ser tu
E em tua saudade ser a minha própria
espera.

Mas eu deito-me em teu leito
Quando apenas queria dormir em ti.

E sonho-te
Quando ansiava ser um sonho teu.

E levito, voo de semente,
para em mim mesmo te plantar
menos que flor: simples perfume,
lembrança de pétala sem chão onde
tombar.

Teus olhos inundando os meus
e a minha vida, já sem leito,
vai galgando margens
até tudo ser mar.
Esse mar que só há depois do mar.

Mia Couto, in “idades cidades divindades”

NHOCA jr

O FILHO DO CHICO



SACANA

SUPLEMENTO HUMORÍSTICO DO SAVANA Nº 1102 • 20 DE FEVEREIRO DE 2015

REFRESCANTES

Nos tempos, tão quentes, que atravessamos no nosso país, o SACANA partilha, de boa vontade, um refresco bem gelado com quem nos está a dar um pouco de ar fresco.



TOMADA DE POSSE

Na tomada de posse dos deputados da Renamo foi visível a diferença de peso (político) entre a Frelimo e a Renamo



RELAÇÕES

Na Europa algumas relações parecem estar a atravessar uma crise grave.



ARMAS DIFERENTES



CHINESES

Com a presença de cada vez mais chineses no nosso país, todas as camadas de habitantes, de todas as espécies têm que se adaptar.



SE CONDUZIR
NÃO BEBA

As nossas campanhas



NO INFORMAL

Abdul Sulemane (Texto)
Naita Ussene (Fotos)

Como conseguiram chegar lá?

Na hora das recompensas pelo trabalho efectuado durante a campanha eleitoral muitos ficaram com muitas expectativas. Chegada a hora começamos a ouvir as nomeações. Algumas dessas nomeações são assunto em vários círculos.

Quando soubemos que o jornalista da STV, Arsénio Henriques Cossa foi nomeado para exercer o cargo de adido de imprensa do Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi e vieram a tona muitas questões. Outro jornalista da STV tornou-se deputado do MDM, refiro ao Fernando Bismarque. A exibição do punho cerado do Arsénio Henriques parece estar á dizer ao Hermenegildo Gamito, Presidente do Conselho Constitucional e João Matola, funcionário da Rádio Moçambique que bateu duro para chegar onde chegou. Competência para tal é outra coisa.

Quem sem duvida não gostou da cena de os pivot da sua empresa de televisão dessem um salto inesperado as custas do que é seu foi Daniel David, PCA da Soico. Agora o que estará a tramar com o Bang? Tem que ter cuidado Daniel David. A foto recente que aparece nas redes sociais não é nada saudável. Veja com quem andas. As vezes inocentemente passam por situações desagradáveis.

Nesta outra, aparece a vice-ministra dos Negócios Estrangeiros, Nyelety Mondlane, na companhia da Ilundy, ex-atleta do basquetebol nacional e filha do Marcelino dos Santos. Ao lado está também o filho da Nyelety. Não há dúvida que seja o filho pelos traços fisiológicos, dá para ver de onde vem. Marca registada do Eduardo Mondlane.

Os que ainda tem muito por ralar são os músicos de proa neste país. Desde há muito clamam pelos mesmos direitos aos sucessivos Ministros da Cultura. Filipe Nhassavele, Magid Mussa e João Bata que o digam! Enquanto os cães ladram a caravana passa. É melhor ficar mesmo a olhar o que vai dar desta vez. Para quem passou a vida nas lides da música sabe o que passam. Por isso nesta foto, temos uma vez ais, Magid Mussa que aparece ao lado do Roberto Isaías a tentarem imaginar um futuro melhor para a classe dos artistas. Será que vamos chegar lá? Temos as condições que merecemos? Como os outros conseguem? A ver vamos!





IMAGEM DA SEMANA

Foto de Ilac Vilanculos



Denuncia o relatório da Organização Internacional de Trabalho

Futuro sombrio vislumbra-se no INSS

Raul Senda

Furtando-se da sua responsabilidade de garantir a subsistência dos trabalhadores nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho assim como assistência aos familiares dos contribuintes em caso de morte, o Instituto Nacional de segurança Social (INSS) tem servido como um verdadeiro saco azul para a satisfação dos apetites das elites ligadas ao partido Frelimo.

Um relatório da Organização Internacional de Trabalho (OIT) que retrata a situação actual do sistema nacional de segurança social, recentemente publicado, indica que o INSS poderá passar momentos dramáticos num futuro não distante devido a escassez de liquidez. Resumido em 96 páginas, o documento indica um conjunto de fragilidades e insuficiências nos moldes em que é gerido o sistema de segurança social em Moçambique.

Como consequência directa da gestão pouco clara dos fundos do INSS, as projecções financeiras da instituição

apontam que as despesas do sistema irão exceder a receita nos próximos oito anos. Isto é, até 2023, o INSS terá problema de pagar pensionistas devido a escassez de liquidez. O documento refere que a partir 2029, os activos da instituição diminuirão rapidamente e os fundos do INSS estarão completamente esgotados em 2035 se o cenário não for alterado em termos de contribuições ou prestações do sistema.

Política de Investimento

No leque das fragilidades apontadas pelos consultores da OIT destaca-se também a ausência duma política de investimento. Refere que os investimentos do INSS são feitos sem critérios, facto que não permite melhor utilização dos fundos disponíveis para investimentos. Para a OIT, o desenvolvimento de uma política de investimento não é em si uma garantia de sucesso na obtenção de rendimentos mais elevados através de investimentos em activos de maior risco e mais voláteis. É necessário um sofisticado grau de especialização para alcançar objetivos ambiciosos e o INSS terá que identificar a sua capacidade para desenvolver e

manter tal especialização num modesto mercado financeiro local. A OIT entende que o INSS deverá adoptar uma política de investimento que responda não só às considerações financeiras teóricas, mas também seja influenciada pela posição do INSS relativamente à sua gestão. Aponta-se também o alto nível das despesas administrativas e que muitas vezes superam o nível das contribuições. Avaliando as potencialidades dos negócios, os consultores concluíam que mais de 80% dos investimentos do INSS foram feitos em activos de rendimentos baixo. “O rendimento do investimento baseia-se no padrão de cash flow esperado no cenário base. Nas actuais condições, espera-se que as despesas excedam as contribuições em menos de 10 anos. Cinco anos mais tarde, os ganhos com os investimentos não serão suficientes e o fundo começará a esgotar-se”, lê-se no documento. Continua a fonte referindo que de 2029 em diante, os activos do INSS diminuirão significativamente e a consequência directa será o esgotamento dos fundos da instituição até ao ano 2035.

À HORA DO FECHO

Diz-se... Diz-se



- Entregar o pelouro que lida com direitos humanos na Casa do Povo a um dos progenitores do G-40, a gang que foi criada para coartar a liberdade de expressão, é o mesmo que entregar a guarda prisional a um ladrão. Há incompatibilidades insanáveis; nunca se pode confiar a responsabilidade de defesa dos direitos humanos a alguém que nunca acreditou na Liberdade de Expressão como um direito humano fundamental.
- A Distell é uma empresa de distribuição de bebidas secas, participada pela cervejeira sul africana SABMiller. As últimas estatísticas da empresa indicam que o mercado africano representou 55% das suas receitas internacionais de 3 biliões de Randes no último semestre de 2014. Mas o CEO da empresa, Richard Rushton, está apreensivo que a queda do preço do petróleo poderá reduzir substancialmente o poder de compra de Angola. É nas estatísticas comerciais que se podem tirar ilações sobre as prioridades de desenvolvimento.
- Houve pandemónio no parlamento da vizinhança dos cunhados na semana passada na Cidade do Cabo, durante a sessão de apresentação do Estado da Nação pelo Presidente Zuma. A oposição foi forçada a abandonar a sala do plenário, em alguns casos com recurso à força policial armada, devido a uma pergunta de insistência sobre quando é que o Presidente irá reembolsar o Estado pelos gastos na remodelação da sua residência privada. Já só com os deputados do partido no poder presentes, Msholozzi retomou o seu discurso, começando por soltar umas três gargalhadas que deixaram todo o mundo perplexo. Aparentemente, só o dançarino é que não se apercebeu da gravidade da situação.
- Como se tudo isso não bastasse, durante o evento, alguém se lembrou de colocar na sala um dispositivo que tornou inoperacionais as comunicações via telemóvel, impedindo assim que os jornalistas relatassem em directo o que estava a acontecer. A nação considerada um modelo de democracia e reconciliação em África, já iniciou a sua inexorável marcha em direcção ao precipício. Para ficar ao nível dos outros.
- Mais acima, na margem norte do Limpopo, o nonagenário imperador acabava de dirigir um comício no aeroporto para celebrar a vitória da sua nomeação para presidente da organização continental, quando tropeçou nas escadas e ficou estatelado no tapete vermelho a caminho da sua limousine. Para muitos, o incidente simbolizou o fim da própria União Africana. Pergunta-se como é que um homem que arruinou a economia do seu próprio país, incluindo a morte da moeda nacional, conseguirá dirigir os destinos de um continente à procura de uma ressurreição económica.

Em voz baixa

- O mesmo imperador, enquanto o seu povo sofre as nefastas consequências das suas desastrosas políticas económicas, prepara-se para celebrar o seu nonagésimo primeiro aniversário na próxima semana, com uma factura na ordem de 1 milhão de dólares. Um dos novos fazendeiros ofereceu para a ocasião carne de elefante, leão e antílopes, provocando protestos de organizações de defesa da fauna bravia.

A melhor Internet só na melhor rede

Activa já *111#

Vodacom

Tudobom pra ti



Internet



e condições aplicáveis.

Moreira Chonguiça embaixador da *Jeep*



O Grupo Entrepasto e músico Moreira Chonguiça, assinaram nesta terça-feira em Maputo, um memorando de entendimento que formaliza o músico como Embaixador da marca de automóveis Jeep.

No decorrer do evento, Rui Narcy Director Comercial e de Marketing do Grupo Entrepasto, afirmou que, “esta parceria firma-se com o principal objectivo de atingir mercados que não são alcançados pela marca, por isso agradecemos a disponibilidade do Moreira em abraçar este projecto, porque tornará a Jeep numa marca muito forte no mercado nacional. Contamos igualmente com a ajuda do Moreira para melhorar o nível de satisfação dos nossos actuais clientes e daqueles que vamos conquistando nos próximos tempos”.

“Queremos manter a nossa posição de liderança e de qualidade e de melhor servir”.- Acrescentou

Rui Narcy,

Por seu turno Moreira Chonguiça, agradeceu ao Grupo entreposto, em particular a entreposto auto pela oportunidade de fazer parte desta iniciativa.

“Esta parceria vai ajudar a desmistificar, a enaltecer e a valorizar ainda o papel do artista na comunidade e na sociedade moçambicana, vamos abrir espaço para que novas tendências sejam criadas na nossa comunidade”.- Disse Moreira

A iniciativa vai estender-se não só ao Moreira Chonguiça mas também a todos os produtos que albergam o Moreira como o próprio more jazz series que vai acontecer em Agosto da qual entre projecto de natureza social que envolve o Moz Big Ben a entreposto auto vai estar empenhado massivamente. Estamos aqui a motivar os moçambicanos a consumir os produtos moçambicanos. -Reafirmou o músico.

(Elisa Comé)

Graça Machel promove “Educação da Rapariga”



A activista social Graça Machel procedeu nesta quarta-feira à oferta de 3 mil pacotes de pensos higiénicos à estudantes da Escola Secundária Graça Machel, na cidade de Maputo. Com objectivo de ajudar a manter raparigas carentes na escola durante os ciclos menstruais.

A entrega do kit, avaliado em 90 mil rands se insere numa iniciativa piloto que será implementada nesta escola, sendo este o primeiro dos 4 lotes que serão entregues durante o presente ano lectivo. Os kits serão distribuídos gratuitamente através de um modelo a ser adoptado pela direcção da escola, tendo sempre em conta o benefício para as mais necessitadas.

Para Graça Machel, uma das principais líderes africanas na luta por direitos das mulheres e crianças, independentemente da condição financeira as raparigas devem encontrar na escola condições sanitárias adequadas para um melhor

aprendizado.

“Espero que esta iniciativa sirva de uma afirmação sobre o que é falar de educação da rapariga que não é apenas promover o bom aproveitamento escolar, é também necessário abordar questões normas sociais. Algumas das normas sociais tem que mudar para que nós possamos desenvolver uma geração, novas de mulheres que são auto- confiantes, que tem orgulho e saibam controlar os seus próprios corpos”. Disse.

“Por tanto a educação da rapariga também passa por abordagem serena dos aspectos crescimento da rapariga, e como nós ligamos o conhecimento na escola e com o crescimento na família e na comunidade. A educação na família e na comunidade tem que andar de mãos dadas, e aquilo que queremos desmistificar tem ser desmistificado pelos professores, pelas famílias, pela comunidade, dirigentes da educação”. -Enfatizou a activista social.

(Elisa Comé)

Água Vumba soma distinções

A Água Vumba, marca de água mineral, 100% moçambicana, foi condecorada com 2 estrelas a nível da competição internacional, em termos de Sabor e Qualidade. Este prémio foi atribuído pelo Instituto Internacional de Sabor e Qualidade, uma organização de Bruxelas, internacionalmente conhecida na avaliação e teste do sabor e qualidade de produtos alimentares. O concurso teve lugar em Abril do ano transacto e colocou a Água Vumba nos melhores colocados do mundo, com uma classificação de duas estrelas de Ouro, num máximo de três. Está é a segunda vez que a mar-

ca 100% moçambicana recebe esta distinção, tendo se estreado em 2011 com a mesma classificação.

Este prémio é segundo os seus representantes é reflexo da Missão da empresa em “Contribuir activamente para a valorização da qualidade do produto nacional, garantindo aos consumidores um produto com padrões de qualidade ao nível internacional.”

Para além deste prémio, a marca Vumba obteve a Certificação ISO 9001 que atesta o seu Sistema de Gestão da Qualidade, sendo a primeira Empresa de Água Mineral 100% Moçambicana a obter esta certificação.

A obtenção desta certificação está directamente relacionada com um

conjunto de estratégias desenvolvidas pela marca Vumba, que visam a responsabilidade, planeamento e estruturação da organização quer a nível de recursos materiais quer de recursos humanos por forma a garantir e promover a qualidade final do produto.

Segundo um comunicado de imprensa, esta certificação, atribuída pela APCER, entidade internacional e imparcial corresponde a mais um “selo de qualidade” que vem reforçar a Missão da empresa “Contribuir activamente para a valorização da qualidade do produto nacional, garantindo aos consumidores um produto com padrões de qualidade ao nível internacional.

MISAU alerta no combate a propagação da cólera

Nos últimos meses o país esta debater-se com o surto de cólera em três províncias, tendo inicialmente atingido a província de Nampula em Dezembro, depois passou o Niassa em meados de Janeiro, e incluiu a província Tete no fim de Janeiro.

Até ao momento foram diagnosticados 2474 casos da doença e 28 óbitos nas províncias de Tete, Niassa e Nampula, dados avançados em conferência de imprensa em Maputo pela directora nacional-adjunta de Saúde Pública, Benigna Matsinhe, nesta segunda-feira em Maputo.

A província de Tete, com 1130 casos e 18 óbitos, é a mais afectada, seguindo-se Nampula, com 986

casos diagnosticados e quatro falecimentos, e Niassa, com 348 casos contabilizados e seis mortes.

O défice de água nas três províncias é apontado como sendo um problema, mas as condições de saneamento têm sido o principal foco de propagação da doença.

A situação na cidade de Tete é descrita como sendo preocupante, facto agravado pelo fecalismo a céu aberto e ao sistema de distribuição obsoleto que de certa maneira propicia a contaminação da água.

De acordo com a directora nacional-adjunta de Saúde Pública, nenhuma província está isenta de registar casos de cólera devido à livre circulação de pessoas no país, mas as que são vizinhas das que já têm a doença

estão mais expostas.

“Todas as outras províncias que neste momento estão isentas também devem reforçar as medidas de vigilância e ao nível dos lares é importante manter a higiene colectiva e individual, incluindo o tratamento da água e saneamento do meio”Explicou.

Como medidas de controlo dos surtos de cólera e de diarreias foram reactivados pelo MISAU os grupos multisectoriais que estão a intensificar as acções de abastecimento de água, educação para a saúde, melhoria do saneamento do meio e também o combate às campanhas de desinformação com apoio dos líderes locais e dos órgãos de comunicação social e de trabalhadores comunitários. (Elisa Comé)

Capacitado membros do Conselho Consultivo de Namaacha

Um grupo de membros do Conselho Consultivo do distrito de Namaacha, província de Maputo, acaba de beneficiar-se de uma formação no âmbito do processo de governação local participativa. Trata-se de um grupo com competência para aprovar projectos de rendimento que solicitam financiamento ao FDD e PERPU.

Os vulgo “7 milhões”FDD (Fundo Distrital de Desenvolvimento) e PERPU (Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana) têm como finalidade combater a pobreza através de financiamento, a título devolutivo, de projectos de rendimento para a participação económica comunitária, cabendo aos governos locais (distritais e municipais) a responsabilidade de desembolso dos fundos para as pessoas cujos projectos foram aprovados.

Entretanto, alguns membros dos

Conselhos Consultivos Locais, devido ao seu baixo nível de instrução, revelam serias limitações para realizar com a competência requerida, a sua tarefa de seleccionar e aprovar projectos viáveis, que apresentam maiores possibilidades de sucesso e menor riscos de fracasso.

É nesse âmbito que a Agencia de Colaboração Descentralização e Desenvolvimento Local, AGECAP, uma organização não governamental vocacionada no processo de governação e desenvolvimento local, está a levar a cabo um processo de formação deste grupo na região sul do país, com intuito de inverter a situação acima referida. Com efeito, esta organização acaba de elaborar um manual de análise de viabilidade de projectos de rendimento para os membros dos Conselhos Consultivos usarem como instrumento de consulta na realização das suas actividades.

Para melhor entender e aplicar o conteúdo do manual em referência,

na última semana, a AGECAP realizou o 1º ciclo de capacitação dos membros dos Conselhos Consultivos do distrito de Namaacha, devendo o 2º Ciclo ter lugar no mês de Março. A experiência de capacitação realizada em Namaacha, será depois replicada em outros cantos do país. A razão de ser, segundo explicou o director executivo desta organização, Bernardo Ginja, visa capacitar Conselhos Consultivos de outras provinciais, com vista a reverter o cenário calamitoso da não devolução dos fundos disponibilizados. Para a materialização destas acções, serão feitas negociações com outras fontes de financiamento para o estabelecimento de parcerias que possibilitem o alargamento da iniciativa pelo país adentro.

A AGECAP assume estar comprometida em contribuir para a promoção da cidadania e boa governação local participativa nos sectores de educação e desenvolvimento económico local.

Vodacom doa sementes a agricultores de Maputo

A rede de telefonia Móvel Vodacom, ofereceu nesta segunda-feira, cerca de 1.6 toneladas de sementes hortícolas ao Município de Maputo, numa iniciativa destinada a apoiar os agricultores locais, vítimas das chuvas intensas que devastaram toda a cidade de Maputo, no final do mês de Dezembro.

Na cerimónia protocolar de entrega, Salimo Abdula, Presidente do Conselho de Administração da Vodacom, manifestou a disponibilidade da sua empresa em colaborar de forma coordenada com o Conselho Municipal de Maputo, no sentido de garantir a auto-suficiência das populações na região.

“Estamos empenhados em prestar o auxílio necessário aos produtores agrícolas e suas famílias que se encontram em dificuldades devido às fortes chuvas que se fazem sentir. Activámos um plano de assistência de forma a conseguirmos responder da forma mais racional e objectiva possível. Esta ajuda que estamos a prestar insere-se no quadro de princípios e valores de actuação da Vo-

dacom junto da sociedade”, explicou Salimo Abdula.

Por sua vez, David Simango, Presidente do Município de Maputo fez questão de sublinhar a colaboração da Vodacom. “Nesta altura, toda a ajuda é bem-vinda. Quero agradecer à Vodacom pela sua capacidade de resposta e de actuação num momento altamente adverso e que nos deve deixar a todos bastante preocupados. Apesar de tudo, a Vodacom foi capaz de apresentar soluções e ir ao encontro daqueles que mais precisavam de ajuda.”

Em Dezembro último, e só na província de Maputo, as chuvas intensas afectaram mais de 4 mil famílias de produtores, provocando diversos danos, incluindo o alagamento e arrastamento de solos nos campos agrícolas de várias associações e de agricultores privados.

A Vodacom vai continuar atenta às principais necessidades evidenciadas pelos agricultores e suas famílias e procurar agir em conformidade com o Município da Cidade de Maputo e restantes autoridades competentes sempre que assim se justificar.

(Elisa Comé)

Grupo Nefithys inaugura Boutique

Abriu recentemente em Maputo, no centro da cidade a Boutique Nefithys, especializada na venda roupas femininas e masculinas com marcas de renome internacional. O empreendimento surge depois de no início do ano transacto os responsáveis da marca terem reinaugurado o salão de beleza do mesmo nome, com uma nova roupagem e gerência. Com visão futurista, o objectivo da abertura de uma Boutique, segundo o proprietário, Luis Bernardo Júnior, é de criar um casamento entre a arte da beleza e o bem vestir, ampliando deste modo este negócio.

A Boutique, bastante eclética, tem disponível, desde vestuário, calçado, joalheria, e diversos produtos de beleza.

Estando no mês de São Valentim,

a loja Nefithys tem disponíveis presentes para a época, e asseguraram que os produtos são importados da Europa, América, e Ásia.

Luis Bernardo Júnior disse que os seus produtos, tantos os provenientes do salão assim como da loja ora inaugurada, primam pela qualidade que entra em sintonia com os preços acessíveis “eu penso que vai depender mais da qualidade de produtos e acredito que a combinação da loja e do salão pode funcionar em pleno. Eu sou positivo acredito no trabalho, quando a gente trabalha as coisas resultam, portanto é preciso trabalhar, dar empenho, estar presente, dar atenção aos clientes.”

De referir segundo o proprietário da loja e do salão, para o ano a cidade da Matola recebera a primeira loja da marca Nefithys, com objectivo de expandir a marca Nefithys ao longo do País. (Elisa Comé)





ANÚNCIO DE VAGA

Oficial de Programas para a Área de Indústria Extractiva

1. Contexto

A Oxfam é uma confederação internacional de ONGs comprometida em contribuir para erradicar a pobreza no mundo. A Oxfam está convicta de que as pessoas são capazes de construir um mundo sem pobreza por si próprias, que os homens e mulheres pobres e socialmente excluídos têm o poder e que como parte de uma sociedade civil mais forte, sejam mais resistentes a desastres, tenham os seus direitos humanos básicos respeitados, e que lhes permita levar uma vida digna.

A Oxfam apoia programas nos países em desenvolvimento, através da abordagem baseada em direitos humanos, privilegiando acções de advocacia junto dos governos, tomadores de decisão e do sector privado, para que tenham em atenção os interesses das pessoas mais pobres.

2. Objectivo da função

Contribuir para o desenvolvimento do programa sobre a Indústria Extractiva, em colaboração com os parceiros, em especial na integração das medidas de impacto social, económico e ambiental sobre o processo de desenvolvimento em Moçambique.

3. Principais tarefas da função

- Contribuir para a melhoria da gestão sustentável dos recursos minerais no âmbito dos projetos de indústria extractiva em Moçambique.
- Monitorar e avaliar a qualidade da implementação do programa tendo em conta os objetivos preconizados e os requisitos dos doadores.
- Monitorar e avaliar a capacidade organizacional dos parceiros para implementarem acções em face dos impactos, especialmente na vida das mulheres, bem como oportunidades geradas pelos projectos de indústria extractiva.
- Coordenar atividades de capacitação e treinamento a fim de alcançar os objetivos estabelecidos no programa.
- Desenvolver, junto com os parceiros, propostas de projectos nessa área específica.
- Prestar apoio técnico aos parceiros para implementação de actividades relacionadas.
- Representar a Oxfam nos grupos de trabalho e fóruns ligados ao tema, a nível nacional ou internacional.
- Apoiar o fortalecimento de redes de trabalho (nacionais, regionais e internacionais) na área da indústria extractiva.

4. Habilidades e competências

- Nível Superior, preferencialmente Mestrado em Economia de Desenvolvimento, Direito Internacional ou Licenciatura em pelo menos uma das seguintes áreas: Direito, Economia, Ciências Sociais.
- Um mínimo de 5 anos de experiência profissional na gestão de projectos (gestão com base em resultados e monitoria e avaliação, e gestão financeira de projectos).
- Sólido interesse sobre questões ambientais, sociais e económicas relativas a indústria extractiva no contexto Moçambicano.
- Experiência de trabalho com o Governo, parceiros de desenvolvimento multi e bilaterais, e organizações da sociedade civil.
- Experiência comprovada na preparação de documentos de trabalho (planos, relatórios e outros).
- Conhecimento da legislação nacional e internacional na área da indústria extractiva.
- Ter experiência na elaboração de propostas e implementação de projectos/programas.
- Estar disponível para viajar e a trabalhar nas diferentes províncias de Moçambique e fora do país.
- Conhecimentos de informática (Word, Powerpoint, Excel e Email).
- Excelente Capacidade analítica, organizacional e de negociação.
- Habilidade de trabalhar em equipa, ter bom relacionamento inter-pessoal e assegurar o devido seguimento das tarefas.
- Ser sensível às questões de género e identidade.
- Estar disposto/a a melhorar a suas competências e dar formações.
- Ser fluente em português e inglês.
- Ter a nacionalidade Moçambicana.

5. Condições do contrato de trabalho

Contrato a tempo inteiro e a prazo certo de um (1) ano com possibilidade de renovação de acordo com o desempenho; salário compatível com a função e outros benefícios na organização.

6. Submissão de candidaturas

As pessoas interessadas poderão solicitar o formulário de aplicação e enviar as candidaturas até o dia 26 de Fevereiro de 2015, para o seguinte endereço: Escritório da Oxfam em Moçambique, Rua do Parque 19, Bairro da Sommerschild, Caixa Postal 356, Telefone 21492948, Maputo ou através do email: neusa.ribeiro@oxfamnovib.nl. A Oxfam reserva-se o direito de responder apenas aos candidatos pré-seleccionados;



GRATIFICA-SE BEM

a quem souber o paradeiro do Senhor Noé Carlos Sebastião, funcionário da Organizações JK.

Contacte: + 258 21 429152 ou pelo + 258 82 3005840



Necrologia • Necrologia • Necrologia • Necrologia • Necrologia

Júlio António Domingos da Silva

Sua esposa Hortência Deolinda da Silva, seu irmão António Júlio da Silva, seus concunhados Miguel Bila, Marcelino Gove, Onófre Bucuchane, seus cunhados Eduardo Gongole, Paulino Gongole, Mouzinho Gongole, suas cunhadas e demais familiares comunicam com profundo pesar e consternação o desaparecimento físico do seu ente querido **Júlio António Domingos da Silva**, ocorrido dia 16/02/15 na clínica do HCM, cujo funeral se realiza hoje, dia 20/02/15 pelas 11 horas no Cemitério de Muchafutene, antecedido de velório na Sé Catedral de Maputo pelas 08 horas.



Sara Jona lança “Entre o Índico ao Atlântico”

Decorreu na quinta-feira passada, no Instituto Camões, o lançamento do livro “Entre o Índico e o Atlântico” uma série de ensaios sobre literatura e outros textos da ensaísta Sara Jona em seminários, congressos e artigos de opinião publicados em jornais e revistas.

No prefácio, o escritor e académico Francisco Noa diz que o título e subtítulo desta obra já nos preparam para a diversidade de temas abordados pela autora. Afinal é para isso que servem os títulos.

“Com um olhar inquiridor, com alguma irreverência e paixão à mistura, ela vai passando de tema em tema, em muitos casos tendo como pretexto obras e autores concretos. Outro aspecto que ressalta da leitura dos textos reunidos nesta colectânea tem que ver com o carácter interdisciplinar presente nas diferentes abordagens”.

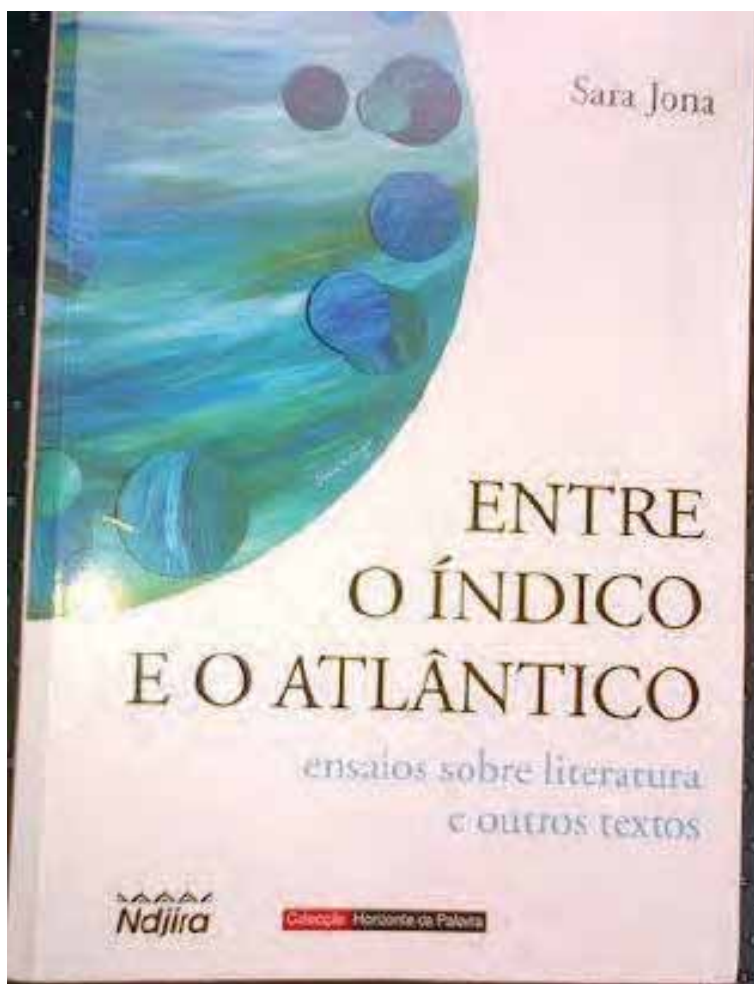
A Sara Jona é autora de uma pesquisa intitulada Estratégias para Prestigiar a Literatura em Moçambique, apresentada na Universidade Eduardo Mondlane, para obtenção do grau de licenciatura em Linguística. Dissertou sobre Identidade e Cultura Organizacional, a fim de receber o grau de mestre em Gestão Estratégica de Recursos Humanos, pela Universidade Politécnica/Pontifícia Universidade

Católica de Minas Gerais.

Actualmente é doutoranda em Literaturas e Culturas em Língua Portuguesa, na Universidade Nova de Lisboa e primeira assistente na

Universidade Politécnica, em Maputo, onde lecciona as cadeiras de Cultura Moçambicana e de Etnografia da Comunicação.

(Elisa Comé)



Lavagem cerebral no Gil Vicente

O cantor de hip-hop Flash Ency ou ainda Vacina Boss, realiza neste sábado, 21 de Fevereiro, às 18h00, no Café Gil Vicente um concerto que dá início a uma série de espectáculos de promoção do seu mais recente disco intitulado Lavagem Cerebral. Terá como convidados o agrupamento Black Liberation Hip-Hop em Jam Session.

Haverá ainda exibição de beats com produtores de peso no hip-hop nacional, tais são os casos de Wrong Mind, Nick Slim, Proofless e ainda G short. O concerto terá como mestre de cerimónias, Feling Capela e nas misturas o DJ Asneapas. De referir que na ocasião será lançado oficialmente o vídeo intitulado “Ho Vida”.

Assim, passados cerca de sete meses após o lançamento oficial do disco é chegado o momento de o jovem artista proporcionar aos seus fãs uma série de concertos a nível nacional para promoção do disco, lançado em Julho de 2014, com agenciamento da Letela Produções. Flash Ency nas suas músicas retrata situações que baseiam-se na

igualdade completa dos direitos humanos, liberdade de expressão no mundo e através de seus pensamentos revolucionários emitidos

através da intervenção social. Preserva ainda o espírito de escrever suas próprias letras e salienta que o fará até ao fim dos seus dias. A.S



Marllen lança “Ajuda Moçambique”

A cantora Marllen lançou recentemente, um novo videoclip da música intitulada “Cheias - Swivanga Xirilo” que em português significa, “causa-nos dor”. A Preta Negra está sensibilizada com o fenómeno que deixou milhares de famílias desalojadas por isso, expressa o seu lado humanitário abordando a perda e as dificuldades enfrentadas pelas vítimas das cheias, procurando sensibilizar os seus fãs a prestarem apoio a este grupo assolado pelo fenómeno natural.

Para além da música, Marllen iniciou a sua campanha “Ajuda Moçambique”, de recolha de bens materiais para encaminhar às regiões Centro e Norte do país, numa parceria com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) e a Casa da Cultura do Alto-Maé, local que tem recebido as doações diariamente.

A cantora quer, através da música “Cheias - Swivanga Xirilo” prestar seu apoio e chamar

atenção a sociedade para a necessidade urgente de ajudar os moçambicanos que perderam tudo e que tem agora o desafio de recomeçar a vida.

A composição é um alerta, sobretudo para os seus fãs, para que estejam com ela nesta campanha solidária. A música também apela à sensibilidade das pessoas perante a dor e tristeza resultantes das cheias.

O tema “Cheias (Swivanga Xirilo)” foi escrito por Justino Ubakka, músico e compositor com quem Marllen tem estado a trabalhar nos últimos tempos. Esta música, (incluindo a filmagem do vídeo) foi feita em tempo recorde, de uma semana. O vídeo tem como conteúdo, uma mulher, na pessoa da Marllen, lamentando-se pela ocorrência da catástrofe das cheias em Moçambique, assim como imagens fotográficas de momentos difíceis vividos desde as cheias do ano 2000, até às recentes.

O refrão da música teve a participação de Ubakka, a produção instrumental esteve a cargo do produtor Nleiser e o moçambicano Nelo João no piano. A.S



AGENDA CULTURAL	
Cine-Gilberto Mendes	Rest. Bella Madallena
Sexta, Sábado e Domingo/18h30	Sexta, 20 de Fev/19h
“Com quem fica a casa do papá”	Jantar c/ música ao vivo
Sábado e Domingo/15h	Sábado, 21 de Fev/19h
“Sexo Fraco”	Carnaval dançante
CCFMoçambicano	Domingo 21 de Fev/14h
Sexta, 20 de Fev/20h	Almoço - Stand Up Comedy
Chico António repõe concerto “Memórias”	Maputo Waterfront
Café Gil Vicente	Sábado, 21 de Fev/19h30
Sábado, 21 de Fev/18h	ZÊ BARATA
Flash Ency promove “Lavagem cerebral”	Quinta Jazz-Matola
	Sexta, 20 de Fev/20h
	Música com DJ Paló
	Domingo, 22 de Fev/14h
	ZÊ BARATA